



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA

Conselho Superior

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 798, de 1 de agosto de 2024.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima Campus Boa Vista Zona Oeste.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Ad referendum* deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 04 de Janeiro de 2023 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 682/CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2022 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23482.000238.2024-41.

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima *Campus* Boa Vista Zona Oeste, conforme Anexo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 1 de agosto de 2024.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP



INSTITUTO FEDERAL
Roraima

PPC

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM

DESIGN GRÁFICO

SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

BOA VISTA ~ 2023

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Bregagnoli

REITORA DO IFRR

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Aline Cavalcante Ferreira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Roseli Bernardo Silva dos Santos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Romildo Nicolau Alves

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Adnelson Jati Batista

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Emanuel Alves de Moura

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* AMAJARI

Rodrigo Luiz Neves Barros

DIRETORA-GERAL DO *CAMPUS* BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* BOA VISTA ZONA OESTE

Isaac Sutil da Silva

DIRETORA-GERAL DO *CAMPUS* NOVO PARAÍSO

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

DIRETORA DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM

Maria Eliana Lima dos Santos

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Apresentação da Instituição

1.2. Histórico do IFRR

1.3. Missão, Visão e Valores do IFRR

1.3.1. Missão

1.3.2. Visão

1.3.3. Valores

1.4 Histórico do *Campus Boa Vista Zona Oeste*

2. JUSTIFICATIVA

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

3.2. Objetivos Específicos

4. REGIME LETIVO

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 Estrutura Curricular

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo

7.3 Ementário

7.4 Terminalidade- Saída Intermediárias

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

9.1 Prática Profissional Supervisionada

9.2 Estágio Profissional Supervisionado

9.3 Projetos

9.4 Prática Profissional Integrada

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCS)

11. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO E INOVAÇÃO

14. APOIO AO DISCENTE

14.1. Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas

14.2. Assistência Estudantil

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

16. CONSELHO DE CLASSE

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

17.1 Do processo de ensino-aprendizagem

17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

17.3 Procedimentos de avaliação do curso

17.4 Sistema de avaliação institucional

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

18.3 Política de Educação Ambiental

18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

19 PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

19.1 Pessoal Docente

19.2 Equipe Técnico-Pedagógica

19.3 Equipe Técnico-Administrativa

20 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

REFERÊNCIAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/*Campus*: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima / *Campus* Boa Vista Zona Oeste.**

CNPJ: **10.839.508/0005-65**

Eixos Tecnológicos de Atuação do *Campus*: **Produção Cultural e Design e Gestão e Negócios**

Esfera Administrativa: **Federal**

Endereço completo: **Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976, Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista - RR / CEP: 69.318-000**

Telefone(s): **(95) 3194-2700**

Site do *Campus*: **<https://boavistazonaoeste.ifrr.edu.br/>**

Reitora: **Nilra Jane Filgueira**

Pró-Reitora de Ensino: **Aline Cavalcante Ferreira**

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: **Romildo Nicolau Alves**

Pró-Reitora de Extensão: **Roseli Bernardo Silva dos Santos**

Pró-Reitor de Administração: **Emanuel Alves de Moura**

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: **Adnelson Jati Batista**

Diretor-Geral do *Campus*: **Isaac Sutil da Silva**

Diretora de Ensino do *Campus*: **Rafaela dos Santos Morgade**

COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO - INSTITUÍDA PELA PORTARIA PORTARIA Nº 1715/GAB-CBVZO/IFRR, DE 27 DE MAIO DE 2024.

Simone Sibebe Schuertz Souza - Presidente

Paulo Sergio Romeu Alvarenga

Tatyanne Rezende Costa

Cicero Thiago Monteiro Dantas dos Reis

Mariana Lima da Silva

Vagner Basqueroto Martins

Ellem Carmen da Silva

Luana Firmino Lobo

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso: **Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio**

Eixo Tecnológico: **Produção Cultural e Design**

Modalidade de oferta: **Presencial**

Turno de Funcionamento: **Noturno**

Periodicidade de Oferta: **Anual**

Número de Vagas: **40 (quarenta) por turma**

Carga Horária Total Obrigatória: **1000h**

Carga Horária Total (CH Obrigatória + CH Componente Curricular Optativo): **1040h**

Regime Letivo: **Modular**

Título Outorgado: **Técnico em Design Gráfico**

Proposta de Aprovação

Duração Prevista: **01 ano e meio**

Integralização Curricular Mínima e Máxima: **1 ano e 6 meses (mínima) / 2 anos e 3 meses (máxima).**

Coordenador (a): **a definir**

Resolução de Autorização de Funcionamento:

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Apresentação da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição pública da administração indireta federal que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima.

Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), o IFRR tem uma Reitoria e cinco *campi*, sendo um deles um *campus* avançado. São estes os *campi*: Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e Avançado Bonfim. Eles estão situados em regiões estratégicas para atender aos 15 (quinze) municípios do Estado de Roraima.

1.2. Histórico do IFRR

A educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Com o decorrer dos anos, várias foram as mudanças ocorridas, até que, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018, a Rede Federal já era composta por 38 (trinta e oito) institutos federais, incluindo o IFRR, 2 (dois) Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 (vinte e cinco) escolas técnicas vinculadas às universidades federais, à Universidade Federal Tecnológica do Paraná e ao Colégio Pedro II.

O IFRR é um centro de referência educacional e vem contribuindo, há 30 anos, para o processo de desenvolvimento do Estado de Roraima ao promover a inclusão social de jovens e adultos por meio de ações de formação profissional, estando inserido nos arranjos produtivos regionais e locais.

Desde sua criação até esta data, a instituição passou por várias mudanças. A história do IFRR se divide em cinco etapas. São elas:

> Escola Técnica de Roraima, integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima

Implantada como Escola Técnica em 1986, a instituição começou suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, atendendo 105 estudantes, e Edificações, 70 estudantes. Suas instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

> Escola Técnica de Roraima, integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer nº 26/89, o Conselho Territorial de Educação autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima, aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois cursos técnicos, tornando válidos todos os atos escolares anteriores ao regimento. O seu quadro funcional era então composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

> Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, por meio da Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 123, de 1º de julho de 1993, no governo do então presidente da República Itamar Franco, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), cuja implantação, na prática, se deu pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima.

Seu quadro de pessoal era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos administrativos. A partir de 1994, por intermédio do Programa de Expansão de Cursos,

são implantados os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série, atendendo 213 estudantes distribuídos em seis turmas. Gradativamente essa modalidade de ensino foi sendo extinta.

> **Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima**

Com a transformação da instituição em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial, de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, à comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo é o primeiro a ser implantado e tem sua orientação de implantação vinculada à proposta de transformação da ETFRR em Cefet-RR.

Em 2005, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades de Educação Descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado na fase I com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, região Sul.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas dessa unidade com 210 estudantes matriculados no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Já na segunda fase do plano, o Cefet-RR é contemplado com outra Uned, desta vez no Município do Amajari, no norte do estado.

> **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima**

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sancionou a Lei nº 11.892, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

A partir dessa data, o Cefet-RR é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, com três *campi* instituídos pela Resolução MEC/CNE nº 02/2007: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari.

No ano de 2011, por intermédio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição é contemplada com mais um *campus*: o Boa Vista Zona Oeste, também sediado na cidade de Boa Vista. O *campus* Avançado Bonfim obteve sua autorização para funcionamento apenas no ano de 2015.

1.3. Missão, Visão e Valores do IFRR

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação.

1.3.1. Missão

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

1.3.2. Visão

Ser excelência, na Região Amazônica, como agente de transformação social por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

1.3.3. Valores

Ética e transparência; inclusão social; gestão democrática; respeito à diversidade e à dignidade humana; responsabilidade socioambiental.

1.4 Histórico do *Campus Boa Vista Zona Oeste*

O *Campus Boa Vista Zona Oeste* (CBVZO) começou a ser implantado no dia 23 de outubro de 2012, por meio do D.O.U. nº 1.286. O desafio inicial foi o de estabelecer as condições necessárias e suficientes para a concepção, implantação e funcionamento do *campus*.

Em decorrência da falta de infraestrutura própria, o CBVZO funcionou a princípio na Escola Militarizada Estadual Professora Elza Breves de Carvalho, em parceria com o Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado de Educação. A criação do CBVZO possibilitou à comunidade dessa região, cursos de formação profissional e atividades de promoção da cidadania, de modo a combater as desigualdades sociais e contribuir para a inserção do trabalhador no processo produtivo e no contexto sociocultural.

Entre os anos de 2017 e 2018, o CBVZO funcionou, em parte, temporariamente no *campus* Boa Vista, até a autorização de mudança para sua sede na Zona Oeste da cidade de Boa Vista em fevereiro de 2018. Atualmente, o CBVZO oferece os seguintes cursos: Técnico em Administração, Técnico em Comércio e Técnico em Publicidade na forma integrada ao Ensino Médio (integral); Técnico em Administração e Técnico em Publicidade na forma subsequente (noturno); Proeja integrado ao Curso FIC de Assistente em Administração (noturno); e o curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (noturno). Cabe destacar que já foram ofertados os cursos Técnico em Serviços Públicos integrado e subsequente ao ensino médio, Técnico em Comunicação Visual e Técnico em Comércio subsequente ao ensino médio, cujas ofertas foram encerradas.

O definitivo estabelecimento da sede do CBVZO ocorreu, no entanto, sem a infraestrutura completa necessária para o seu funcionamento. Há época não havia refeitório e quadra de esportes. Atualmente, o *Campus* contempla essas estruturas para melhor atender seu público. Hoje o *Campus* está apto para aumentar o número de vagas nos três turnos, buscando sempre oferecer ensino de qualidade à comunidade do seu entorno.

O *Campus Boa Vista Zona Oeste* atua hoje em dois eixos, Gestão e negócios e Produção Cultural e Design. O primeiro compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão. Abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação, busca da qualidade, produtividade e competitividade, utilização de tecnologias organizacionais, comercialização de produtos, e estratégias de marketing, logística e finanças.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados à: leitura e produção de textos técnicos, estatística e raciocínio lógico, línguas estrangeiras, ciência e tecnologia, tecnologias sociais e empreendedorismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação, normas técnicas, saúde e segurança no trabalho, responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental, qualidade de vida, e ética profissional.

O eixo de Produção Cultural e Design compreende tecnologias de produção, conservação, difusão, performance e gerenciamento de bens culturais materiais e imateriais, voltadas ao desenvolvimento da economia criativa e da produção cultural em seus vários segmentos, espaços e meios de criação e de fruição artística, com base em: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico e estético; ciência e tecnologia; tecnologias sociais; empreendedorismo; cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas

públicas; normas técnicas; saúde e segurança do trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

2. JUSTIFICATIVA

O IFRR tem como proposta articular e integrar a formação acadêmica a preparação para o trabalho, bem como promover uma formação contextualizada em princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

Nesse sentido, o Curso Técnico em Design Gráfico subsequente ao Ensino Médio, ofertado pelo IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste, apresenta-se como uma alternativa para diversificar a oferta de cursos do IFRR, bem como atender a uma demanda crescente no estado. Observa-se, inclusive, que tal demanda é expressiva, tendo em vista que na pesquisa realizada, no ano de 2019 e 2023, com a comunidade local (zona oeste do município de Boa Vista) o curso foi um dos mais citados dentre as opções.

Por meio da Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima - Seplan, foram apresentadas as estatísticas de emprego e renda associadas em nível de escolaridade no ano de 2018. De acordo com essas estatísticas, 106 (cento e seis) mil pessoas possuíam o ensino médio completo ou equivalente, desses, a taxa de desocupação era de 14% (quatorze por cento), número menor se comparado ao ensino médio ou equivalente incompleto e ensino superior ou equivalente incompleto (SEPLAN, 2018).

A partir do levantamento de interesse realizado em 2019 e 2023, inclusive por meio de audiências públicas, por cursos profissionalizantes no contexto em que o *Campus* Boa Vista Zona Oeste está inserido, verificou-se que há demanda específica para o Curso Técnico em Design Gráfico, visto que o estado não possui nenhuma instituição pública que oferta este curso presencial e o mundo do trabalho carece de profissionais da área, pois após a sua formação o estudante egresso poderá atuar em agências de Design, Publicidade e Marketing, empresas do setor gráfico, de rádio, televisão e web, produtoras de áudio e vídeo, editoras, veículos de comunicação, departamentos de comunicação, marketing e inovação.

Vale ressaltar que a proposta de criação do Curso Técnico em Design Gráfico está em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos atualizado pela Resolução nº 02, de 15 de dezembro de 2020.

Segundo dados disponibilizados pelo Painel Mapa de Empresas, produzido pelo Ministério da Economia (2022), existem no estado 32.314 empresas ativas de diversos setores. A área de comunicação como um todo, assim como, o design e a publicidade são a base para as interações comerciais e humanas, pois para se comunicar é necessário um processo representado por símbolos que apresentem o que se pensa e sente por meio de sinais verbais ou não verbais. É na comunicação não verbal que o profissional de comunicação assume espaço de destaque no mundo do trabalho, seja pela criação de imagens estáticas, como na criação de campanhas que utilizam as mídias tradicionais (outdoors, pôsteres, jornais, revistas) e digitais (posts de redes sociais, infográficos, banners), ou ainda no formato de vídeos, entre outros. Nesse sentido, os números fornecidos pelo Ministério da Economia projetam a necessidade de profissionais capacitados e que conheçam os arranjos e as dinâmicas locais. Ainda, o CBVZO num estudo realizado por Comissão Interna para identificação do novo eixo tecnológico de atuação – Produção Cultural e Design, no ano de 2019, em alinhamento ao projeto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, demonstrou que em 510 repostas obtidas via questionário online por meio do Google forms, o curso Técnico em Design Gráfico aparece em 1º lugar no que tange ao interesse, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Compilação de interesse nos cursos técnicos e superiores de tecnologia

Curso Técnico	Interesse alto	Interesse muito alto	Total
Técnico em Design Gráfico	116	190	306
Técnico em Publicidade	132	173	305
Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	122	173	295
Técnico em Processos Fotográficos	94	196	290
Técnico em Design de Interiores	133	140	273
Técnico em Comunicação Visual	118	121	239
Técnico em Paisagismo	93	86	179
Técnico em Artesanato	58	61	119

Curso Tecnólogo	Interesse alto	Interesse muito alto	Total
Tecnólogo em Design Gráfico	115	196	311
Tecnólogo em Fotografia	107	202	309
Tecnólogo em Design de Animação	107	171	278
Tecnólogo em Produção Multimídia	117	154	271
Tecnólogo em Produção Publicitária	118	144	262
Tecnólogo em Audiovisual	109	140	249
Tecnólogo em Design de Interiores	96	139	235

Fonte: Relatório da Comissão para definição do novo eixo tecnológico e os respectivos cursos técnicos e tecnológicos para o *Campus Boa Vista Zona Oeste* - Portarias n.º 59/DG e 99/DG(2019).

Assim, justifica-se a necessidade da oferta do Curso de Design Gráfico, pois possibilitará ao estudante egresso a inserção no mundo do trabalho cuja demanda mostra-se expressiva.

A construção deste Projeto Pedagógico de Curso pautou-se na legislação vigente e nos princípios democráticos, contando com a participação dos profissionais da área do curso e da equipe pedagógica. Tal processo objetiva garantir o interesse, os anseios e a qualificação do público atendido, despertando o desejo para o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica e, conseqüentemente, para o prosseguimento vertical dos estudos.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais com habilitação Técnica em Design Gráfico, com conhecimentos interdisciplinares relacionados aos processos de criação, envolvendo pesquisa, idealização, planejamento, execução técnica, fruição e recepção estética. Assim como, competências comunicativas e empreendedoras voltadas à proposição de projetos, ao coletivo, à gestão, à solução de problemas e à resiliência, entre outras competências socioemocionais.

3.2. Objetivos Específicos

- Coordenar e executar projetos de comunicação visual de mídias impressas e digitais seguindo padrões e normas técnicas, referentes à propriedade intelectual, acessibilidade, usabilidade e sustentabilidade.
- Aplicar e implementar sinalizações, ilustrações, tipografias, animações e usabilidade de projetos de design gráfico.
- Analisar, interpretar e propor a produção da identidade visual das peças gráficas.
- Criar, controlar, organizar e armazenar arquivos e materiais de produção gráfica e digital.

4. REGIME LETIVO

a) número total de vagas anuais: de 40 a 80 vagas

b) número de turmas: de 1 a 2 turmas

c) carga horária total do curso: 1.000h (Componentes Curriculares Obrigatórios) + 40h (Componente Curricular Optativo), totalizando 1.040h.

d) período letivo: modular

e) tempos mínimo e máximo para a integralização do curso: mínimo de 1 ano e 6 meses e máximo de 2 anos e 3 meses.

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao Curso Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio ocorrerá por meio de Processo Seletivo conforme edital, destinado exclusivamente àqueles que tenham concluído o Ensino Médio, obrigatoriamente até a data da matrícula.

O Processo Seletivo será oferecido a candidatos que tenham certificado de conclusão do ensino médio, obtido em cursos regulares; na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; com base no resultado do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino

A realização do Processo Seletivo estará a cargo de comissão específica do IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste designada para esse fim. A essa Comissão caberá a responsabilidade de planejar, coordenar, executar e divulgar o Processo Seletivo, bem como de fornecer todas as informações a ele pertinentes por meio de Edital público.

As vagas do Processo Seletivo serão distribuídas da seguinte forma:

- I – Políticas de ações afirmativas;
- II – Ampla concorrência; e
- III – Pessoa com Deficiência.

As vagas destinadas às políticas de ações afirmativas atendem ao Decreto Federal nº 3.298 de 1999, à Lei nº 12.711 de 2012, ao Decreto Federal nº 7.824 de 2012, à Portaria Normativa nº 18 de 2012, à Lei 13.146 de 2015, à Lei nº 13.409 de 2016 e ao Decreto Federal nº 9.034 de 2017.

Assim, do total das vagas ofertadas, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas à inclusão social por meio do sistema de política de ações afirmativas, sendo distribuídas da seguinte forma:

50% (cinquenta por cento) destinar-se-ão a candidatos que tenham cursado todo o Ensino Médio em escola pública, respeitando a proporção mínima do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 SM (um salário-mínimo e meio), dentro de cada um dos seguintes grupos de candidatos:

- a) Autodeclarados pretos, pardos e indígenas;
- b) Não autodeclarados pretos, pardos e indígenas; e
- c) Pessoa com deficiência.

Do total de vagas, 50% (cinquenta por cento) são destinadas à ampla concorrência; ou seja, candidatos que não apresentam os requisitos legais e/ou não desejam participar da inclusão social por meio do sistema de cotas de políticas de ações afirmativas.

Serão destinados 10% (dez por cento) do total de vagas à pessoa com deficiência, tanto do grupo de ação afirmativa quanto do grupo de ampla concorrência.

Os benefícios previstos em lei para a pessoa com deficiência deverão ser requeridos por escrito e encaminhados à Comissão responsável pelo Processo Seletivo do IFRR / *Campus* Boa Vista Zona Oeste, no período da inscrição, previsto em cronograma específico. O candidato deverá:

- a) Declarar-se pessoa com deficiência;

b) Entregar à Comissão responsável pelo Processo Seletivo do IFRR / *Campus* Boa Vista Zona Oeste laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, atestando o tipo e o grau da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e a provável causa da deficiência, garantindo, dessa forma, sua inscrição como pessoa com deficiência.

A inexistência de Laudo Médico para qualquer solicitação de atendimento especial implicará o não atendimento. O candidato pessoa com deficiência que não se inscrever conforme orientações previstas em edital específico do processo seletivo passará a concorrer às vagas de ampla concorrência.

Os requisitos de permanência estabelecidos pelo *Campus* Boa Vista Zona Oeste estão previstos no Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR, que contempla a gestão e o acompanhamento das ações de assistência que visam inclusive à promoção do êxito dos estudantes. As ações que objetivam a permanência dos estudantes estão elencadas neste Plano.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico em Design Gráfico formado pelo Instituto Federal de Roraima será um profissional capacitado a criar, elaborar e planejar projetos de comunicação visual em diversas mídias. Seu objetivo é divulgar ideias variadas, produtos, serviços e marcas, atendendo às necessidades das pessoas, da sociedade e do mercado.

O Técnico em Design Gráfico será habilitado para:

- Coordenar e executar projetos de comunicação visual de mídias impressas e digitais seguindo padrões e normas técnicas, referentes à propriedade intelectual, acessibilidade, usabilidade e sustentabilidade.
- Aplicar e implementar sinalizações, ilustrações, tipografias, animações e usabilidade de projetos de design gráfico.
- Analisar, interpretar e propor a produção da identidade visual das peças gráficas.
- Criar, controlar, organizar e armazenar arquivos e materiais de produção gráfica e digital.

O profissional formado será detentor de conhecimentos interdisciplinares relacionados aos processos de criação, envolvendo pesquisa, idealização, planejamento, execução técnica, fruição e recepção estética. Ele desenvolverá competências comunicativas e empreendedoras voltadas à proposição de projetos, trabalho coletivo, gestão, solução de problemas e resiliência, entre outras habilidades socioemocionais.

O Técnico em Design Gráfico poderá atuar em diversos locais, incluindo agências de design digital, marketing e publicidade, estúdios fotográficos e empresas de jogos. Essas variadas áreas de atuação evidenciam a flexibilidade e a ampla demanda pelo trabalho desse profissional, permitindo uma carreira dinâmica e repleta de oportunidades.

A identificação do perfil socioeconômico dos candidatos, o acompanhamento dos estudantes selecionados, desde a sua entrada na instituição até a sua saída são fundamentais para o sucesso do programa. Será observado o desenvolvimento dos estudantes no decorrer do curso, identificando aspectos a serem aprimorados nos processos de acesso e permitindo a adequação das matrizes curriculares às dinâmicas tecnológicas.

A Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, que dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima, aborda sobre os mecanismos que propiciam o relacionamento contínuo entre a instituição e seus egressos, que são:

- I. A promoção de encontros, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas para o contato, a atualização cadastral e o envolvimento dos egressos;
- II. A promoção de atividades de integração entre egressos e estudantes em formação, visando à troca de informações e experiências;
- III. A divulgação de oportunidades de atualização e formação continuada para os egressos, assim como de oportunidades de inserção no mundo do trabalho.
- IV. A elaboração e a disseminação de material impresso ou digital com as principais orientações aos egressos sobre a PAE do IFRR.

Assim, de forma específica, as ações voltadas ao acompanhamento dos egressos estarão direcionadas às atividades previstas na Política de Acompanhamento de Egressos da Instituição, definidas pelo Plano Anual de Acompanhamento de Egressos do IFRR/CBVZO.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Design Gráfico subsequente ao Ensino Médio observa as determinações legais presentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (CNCT); na Resolução nº 1/2021 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica; no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR e na Lei nº 9.394/1996.

O curso está organizado em 01 ano e 06 meses (três Módulos), com uma carga horária total de 1.040 horas, sendo 1.000 horas para componentes curriculares obrigatórios e 40 horas para componente curricular optativo.

A proposta curricular do curso foi desenvolvida com o objetivo de garantir a formação integral do discente, por meio da formação técnica e a sua inserção no mundo do trabalho,

cujo currículo proporcionará as competências previstas no perfil do profissional e o desenvolvimento de valores éticos, morais, sociais, culturais e políticos. A proposta de implementação do curso está organizada por componentes, em regime modular, adotando a hora aula do curso de 60 (sessenta) minutos.

Nessa perspectiva, o currículo será desenvolvido por meio de diferentes procedimentos didáticos pedagógicos, tais como: atividades teóricas, demonstrativas, projetos, utilização de laboratórios, estudos dirigidos na biblioteca e nas visitas técnicas, objetivando o diálogo constante com os estudantes, a troca e o fortalecimento de experiências.

O curso visa garantir ao estudante, no processo de ensino-aprendizagem, vivências de experiências teóricas e práticas que estimulem:

- I. O exercício da cidadania;
- II. A capacidade crítica;
- III. A solidariedade, a integração social e o convívio grupal;
- IV. A criatividade, a inovação e o raciocínio lógico e científico;
- V. A liderança e a proatividade;
- VI. O exercício cívico, a moral e a ética;
- VII. O respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância;
- VIII. A busca contínua de novos conhecimentos;
- IX. O desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à formação profissional;
- X. A valorização da cultura regional roraimense.

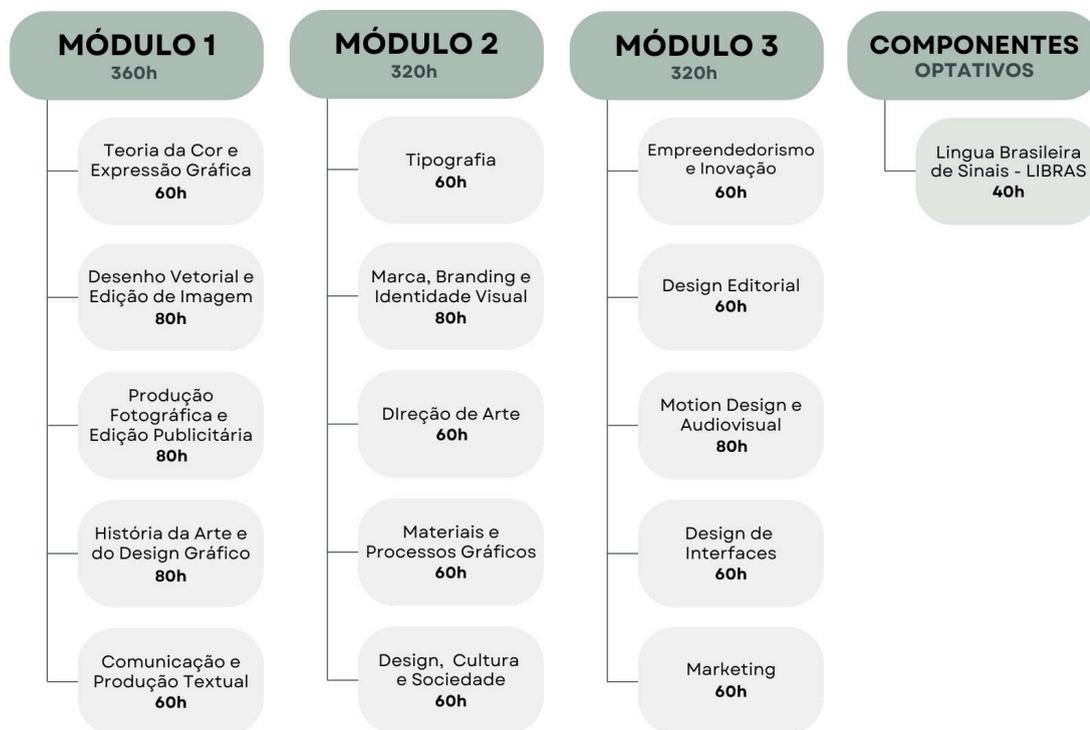
Deste modo, serão promovidas a realização de atividades didático-pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar e/ou transdisciplinar, desenvolvidas por meio de atividades integradas com outros componentes curriculares, previstas nos planos de ensino dos componentes curriculares do curso e/ou em projetos integrados, com objetivo de organizar a relação teoria e prática, a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes.

7.1 Estrutura Curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM DESIGN GRÁFICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO				
Mód.	Código	Componentes Curriculares	C/H	EaD
1º	TCE	TEORIA DA COR E EXPRESSÃO GRÁFICA	60	-
	DVE	DESENHO VETORIAL E EDIÇÃO DE IMAGEM	80	-
	PFE	PRODUÇÃO FOTOGRAFICA E EDIÇÃO PUBLICITÁRIA	80	-
	HAD	HISTÓRIA DA ARTE E DO DESIGN GRÁFICO	80	-
	CPT	COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL	60	-
Total			360	-
2º	TIP	TIPOGRAFIA	60	-
	MBI	MARCA, BRANDING E IDENTIDADE VISUAL	80	-
	DDA	DIREÇÃO DE ARTE	60	-
	MPG	MATERIAIS E PROCESSOS GRÁFICOS	60	-
	DCS	DESIGN, CULTURA E SOCIEDADE	60	-
Total			320	-
3º	EIN	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	60	-
	DED	DESIGN EDITORIAL	60	-
	MDA	MOTION DESIGN E AUDIOVISUAL	80	-
	DIN	DESIGN DE INTERFACES	60	-
	MKT	MARKETING	60	-
Total			320	-
		PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA	440	-
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA TOTAL DO CURSO			1000	-
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS				
	LBS	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (EAD)	-	40
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (OBRIGATÓRIA + OPTATIVA)			-	1040

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo

Curso Técnico em Design Gráfico



Carga Horária Total Obrigatória do Curso: 1000 horas.

Carga Horária Total Obrigatória + Componente Curricular Optativo: 1040 horas.

7.3 Ementário

PRIMEIRO MÓDULO

Cód.		Componente Curricular			
TCE		TEORIA DA COR E EXPRESSÃO GRÁFICA			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)*	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	20	60	60	Módulo 1
Ementa					
Cor e percepção visual. Processos fisiológicos. Princípios básicos da física da cor. Cor-Luz e cor-pigmento. Esquemas de composição cromática: harmonias e contrastes. Sistemas de cores: CMYK, RGB, HSB, PANTONE, características e usos. A cor em displays. Cor de processo e cor especial. O uso da cor no design. A cor no processo de projeto: conceituação x especificação.					
Área de Integração					
Desenho Vetorial e Edição de Imagem; Produção Fotográfica e Edição Publicitária; História da Arte e do Design Gráfico.					
Bibliografia Básica					
FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho Bastos. Psicodinâmica das Cores em Comunicação . São Paulo: Blucher, 2011.					
PEDROSA, Israel. Da Cor à Cor Inexistente . 10 ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010.					
WONG, Wucius. Princípios de forma e desenho . São Paulo: Martins Fontes, 2010.					
Bibliografia Complementar					
BARROS, Lilian Ried Miller. A cor no processo criativo: um estudo sobre a Bauhaus e a teoria de Goethe . São Paulo: Ed. SENAC, 2011.					
CHING, Francis D. K. e JUROSZEK, Steven P. Representação gráfica para desenho e projeto . São Paulo: Gustavo Gili, 2011.					
MUNARI, Bruno. Design e comunicação visual . São Paulo: Martins Fontes, 2009.					
SILVEIRA, Luciana Martha. Introdução a teoria da cor . Curitiba: UTFPR, 2011.					
MARCHI, Sandra Regina. E por falar em cor, um pouco de teoria . 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos

Cód.		Componente Curricular			
DVE		DESENHO VETORIAL E EDIÇÃO DE IMAGEM			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)*	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	30	50	80	80	Módulo 1
Ementa					
Elementos Básicos do Desenho: Ponto, linha, plano, forma, luz e sombra, proporção, espaço, Projeções e perspectivas; Introdução ao Desenho Vetorial: Interface e ferramentas básicas de software vetorial, Criação e edição de formas básicas, Cores, texturas e padronagem; Introdução ao Software de Edição de Imagem: Interface e ferramentas básicas do software de edição de imagens, formatos e extensões básicas (jpg, gif, png, eps, tiff), Vetor e bitmap, Rasterização e vetorização; Princípios Básicos de Manipulação de Imagens: Trabalho com camadas, Ferramentas de seleção, Canais de cor, Matiz e saturação, Máscara e recorte de imagens, Correção de manchas e de cores, Coloração de fotos; Técnicas Avançadas de Edição: Mockups, Fotocomposição, colagens e montagens e Fechamento de arquivo para impressão e web.					
Área de Integração					
Teoria da Cor e Expressão Gráfica; Produção Fotográfica e Edição Publicitária; História da Arte e do Design Gráfico.					
Bibliografia Básica					
MARTINS, Nelson. A imagem digital na editoração : manipulação, conversão e fechamento de arquivos. Rio de Janeiro: SENAC, 2009.					
DEL VECHIO, Gustavo. Adobe Illustrator CS4 : o design em suas mãos. São Paulo: Érica, 2011.					
DEL VECHIO, Gustavo. Design gráfico com Adobe Illustrator . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.					
Bibliografia Complementar					
ANDRADE, Marcos Serafim de. Adobe Photoshop CS4 . São Paulo: SENAC, 2009.					
BALDACCI, Janaína Cesar de Oliveira. Design gráfico e integração com Autodesk 3ds max 2010 e Adobe Photoshop CS4 Extended . São Paulo: Érica, 2009.					
TANAKA, Edson. Adobe Illustrator Cs . Editora <i>Campus</i> , 2004.					
PRIMO, Lane. Estudo Dirigido de Adobe Photoshop CS4 . São Paulo : Érica, 2010.					
HORIE, Ricardo Minoru; OLIVEIRA, Ana Cristina Pedrozo. Crie projetos gráficos com Photoshop CS5, CorelDRAW X5 e InDesign CS5 em Português . São Paulo: Érica, 2010.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
PFE		PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA E EDIÇÃO PUBLICITÁRIA			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	30	50	80	80	Módulo 1
Ementa					
A História da fotografia. Aspectos da linguagem fotográfica. Técnica em fotografia: enquadramento, composição e olhar fotográfico. Instrumentalização para o uso de câmera fotográfica, celular e acessórios. Iluminação em fotografia. Fotografia publicitária: aspectos e técnicas de pré e pós-produção. Prática em fotografia.					
Área de Integração					
Teoria da Cor e Expressão Gráfica; Desenho Vetorial e Edição de Imagem; História da Arte e do Design Gráfico; Comunicação e Produção Textual.					
Bibliografia Básica					
<p>ANG, Tom. Fotografia digital: uma introdução. 3.ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.</p> <p>MUSSE, Mariana Ferraz. Narrativas fotográficas no Instagram: autorrepresentação, identidades e novas sociabilidades. Florianópolis-SC: Editora Insular, 2017.</p> <p>SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>FATORELLI, Antônio. Fotografia contemporânea: entre o cinema, o vídeo e as novas mídias. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.</p> <p>GONZALEZ, Rafael C. Processamento de imagens digitais. São Paulo: AddisonWesley, 1993.</p> <p>GURAN, Milton. Linguagem fotográfica e informação. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1999.</p> <p>KUBRUSLY, Cláudio A. O que é fotografia. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>RAMALHO, José Antonio. Fotografia digital. Rio de Janeiro: <i>Campus/Elsevier</i>, 2004.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
HAD		HISTÓRIA DA ARTE E DO DESIGN GRÁFICO			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	60	20	80	80	Módulo 1
Ementa					
Estudo da história da arte e do design. História do design gráfico. As relações entre industrialização, arte, artesanato e design. Arte moderna e o design moderno. Tópicos da arte e do design brasileiro com foco na formação da identidade brasileira e o reconhecimento do país e do design nacional.					
Área de Integração					
Teoria da Cor e Expressão Gráfica; Desenho Vetorial e Edição de Imagem; Produção Fotográfica e Edição Publicitária; Comunicação e Produção Textual.					
Bibliografia Básica					
ARCHER, Michael. Arte Contemporânea: uma história concisa . 2ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2012.					
MELO, Chico Homem de; RAMOS, Elaine (Org.). Linha do tempo do design gráfico no Brasil . São Paulo, SP: Cosac Naify, 2011					
CARDOSO, Rafael. Uma introdução à história do design . 3Ed. São Paulo, SP: Blucher, 2008.					
Bibliografia Complementar					
BORGES, Adélia. Design + artesanato: o caminho brasileiro . São Paulo: Terceiro Nome, 2011.					
CANTON, Katia. Do Moderno ao contemporâneo . São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2009.					
DOMINGOS, Diana. (Org.) A arte no Século XXI: a humanização das tecnologias . São Paulo, SP: Fundação da Editora da UNESP, 1997.					
FORTY, Adrian. Objetos de desejo: design e sociedades de 1750 . São Paulo, SP: Cosac Naify, 2007.					
JANSON, H.W. Historia general del arte: el mundo moderno . Madrid: Alianza Editorial, 1991.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
CPT		COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	20	60	60	Módulo 1
Ementa					
<p>Concepção de linguagem, fala, norma, língua. Linguagem verbal e não verbal. Conceituação de gênero e sequência textual. Elementos da Comunicação. Funções de Linguagem. Tópicos de gramática normativa: Fonética, Morfologia, Sintaxe, Semântica e Estilística. Revisão textual. Ortografia portuguesa. Prática de leitura e produção textual. Formas de tratamento. Frases e expressões usuais no Design. Inglês aplicado ao Design: Aspectos gramaticais: pronomes, artigos, adjetivos, conjunções, preposições, verbo (presente simples, presente contínuo e futuro simples). Caso genitivo. Vocabulário: cognatos e falsos cognatos. Gêneros textuais: rótulos, charge, propaganda e e-mail.</p>					
Área de Integração					
Produção Fotográfica e Edição Publicitária; História da Arte e do Design Gráfico.					
Bibliografia Básica					
<p>MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental: contém técnicas de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC). 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 448 p. ISBN 9788522485581.</p> <p>PALADINO, Valquíria da Cunha (org.). Coesão e Coerência Textuais. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2011. ISBN 9788579871412.</p> <p>ROCHA, Carlos Alberto de Macedo; ROCHA Carlos Eduardo Penna de M. Dicionário de locuções e expressões da língua portuguesa - 1º Edição. Editora Lexikon 702 ISBN 9788586368868.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CANO, Márcio Rogério de Oliveira. Língua portuguesa sujeito, leitura e produção. Editora Blucher 169 ISBN 9788521210467. – 2018</p> <p>CARVALHO, Nelly. O texto publicitário na sala de aula. Editora Contexto 130 ISBN 9788572448659. - 2014</p> <p>GIORGIO, Alexandre Augusto. Publicidade e propaganda. Editora Pearson 139 ISBN 9788543016948. -2016</p> <p>SOUZA, Auricênia Benício de. Inglês instrumental. 2.ed. Manaus: Valer, 2019. 170p ISBN 9788575129319.</p> <p>WITTE, Roberto Ewald. Business english: a practical approach. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 270 p. ISBN 8502036165.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

SEGUNDO MÓDULO

Cód.		Componente Curricular			
TIP		TIPOGRAFIA			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	20	60	60	Módulo 2
Ementa					
<p>Conceitos básicos, história e evolução. Anatomia da fonte e famílias tipográficas. Nomenclatura e classificação dos tipos. Fundamentos da composição tipográfica. Legibilidade e leiturabilidade. A tipografia nos meios impresso e digital.</p>					
Área de Integração					
<p>Marca, Branding e Identidade Visual; Direção de Arte; Materiais e Processos Gráficos.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>BRINGHURST, Robert. Elementos do estilo tipográfico: versão 3.2. Tradução de André Stolarski. 2. ed. São Paulo: Cosac Nayfy, 2011.</p> <p>LUPTON, Ellen. Pensar com tipos: guia para designers, escritores, editores e estudantes. Tradução de André Stolarski. São Paulo: Cosac Nayfy, 2006.</p> <p>NIEMEYER, Lucy. Tipografia: uma apresentação. Rio de Janeiro: 2AB Editora, 2000.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CATAFAL, Jordi; OLIVA, Clara. A gravura. Barcelona: Estampa, 2003.</p> <p>COLARO, Antonio Celso. Produção visual e gráfica. São Paulo: Summus, 2005.</p> <p>DA FONSECA, Joaquim. Tipografia & Design gráfico: Design e produção de impressos e livros. Bookman Editora, 2009.</p> <p>FARIAS, Priscila L. Tipografia Digital. O impacto das novas tecnologias. Rio de Janeiro: Ed. 2AB, 1998.</p> <p>FERLAUTO, Claudio. O livro da gráfica. Rosari, 2001.</p> <p>GRUSZYNSKI, A. C. Do invisível ao ilegível. Rio de Janeiro: 2AB, 2000.</p> <p>PRING, Roger. WWW.tipografia: 300 desenhos tipográficos para sítios web. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.</p> <p>WILLBERG, Hans Peter; FORSSMAN, Friedrich. Primeiros Socorros em Tipografia. São Paulo: Rosari, 2007.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
MBI		MARCA, BRANDING E IDENTIDADE VISUAL			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	50	30	80	80	Módulo 2
Ementa					
<p>História da identidade visual. Marca. Identidade visual: conceito, terminologia e metodologias. Símbolo: psicologia da forma, composição e cor. Manual de identidade visual. Naming e Branding. Análise de identidade visual. Orçamento: custos e prazo. Direitos autorais e de imagem.</p>					
Área de Integração					
<p>Tipografia; Direção de Arte; Materiais e Processos Gráficos; Design, Cultura e Sociedade.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>CAMEIRA, Sandra Ribeiro. Branding + design: a estratégia na criação de identidades de marca. São Paulo: Senac, 2016.</p> <p>CARDOSO, Rafael; RAINHO, Maria do Carmo Teixeira; HEYNEMANN, Claudia B. Marcas do progresso: consumo e design no brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Maud, Arquivo Nacional, 2009.</p> <p>CONSOLO, Cecília. Marcas - Design Estratégico: do Símbolo à Gestão da Identidade Corporativa. São Paulo: Blucher, 2015.</p> <p>COSTA, Joan. A imagem da marca. Um fenômeno social. São Paulo: Edições Rosari, 2008.</p> <p>HEALEY, Mattew. Design de Logotipos. Mais de 300 Cases Internacionais Desconstruídos e Analisados. São Paulo: Rosari, 2012.</p> <p>MUNHOZ, Daniella Michelena. Manual de Identidade Visual Guia Para Construção. Rio de Janeiro: 2AB, 2009.</p> <p>PEON, MARIA LUISA. Sistemas de Identidade Visual. São Paulo: Ed. 2AB, 2003.</p> <p>WHEELER, Alina. Design de Identidade da Marca: Guia Essencial para Toda a Equipe de Gestão de Marcas. São Paulo: Bookman, 2012.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CARDOSO, Rafael. Impresso No Brasil - 1808-1930 - Destaques da História Gráfica no acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.</p> <p>CHAMMA, Norberto; PASTORELO, Pedro D. Marcas & sinalização: Prática em design corporativo. São Paulo: Senac, 2007.</p> <p>DONDIS, Donis A. A Sintaxe da Linguagem Visual. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991.</p> <p>FRUTIGER, Adrian. Sinais & Símbolos. Desenho, projeto e significado. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2001.</p> <p>GUILLERMO, Álvaro. Branding: Design e estratégias de marcas. São Paulo: Ed. A Girafa, 2008.</p> <p>KLEIN Naomi. Sem Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido. Edições Record, Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>MUNARI, Bruno. Design e Comunicação Visual. São Paulo: Ed. Martin Fontes, 2006.</p> <p>STRUNCK, Gilberto. Como criar Identidades Visuais para Marcas de Sucesso. Rio de Janeiro: Rio Books, 2007.</p> <p>VILLAS BOAS, André. Identidade e Cultura. Rio de Janeiro: 2AB, 2003.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
DDA		DIREÇÃO DE ARTE			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	20	40	60	60	Módulo 2
Ementa					
Funções do Diretor de Arte. Planejamento e Criação. Linguagem Visual. Criação Visual para Mídias. Teorias e Técnicas de Criação e Inovação. Criatividade Aplicada ao Design. Ordenações Perceptivas e Apreensões Sensoriais. Técnicas de Elaboração de Layout e Arte Final. Campanhas Publicitárias e Branding.					
Área de Integração					
Tipografia; Marca, Branding e Identidade Visual; Materiais e Processos Gráficos; Design, Cultura e Sociedade.					
Bibliografia Básica					
COLLARO, Antonio Celso. Produção gráfica: arte e técnica na direção de arte . 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2012.					
BERTOMEU, João Vicente Cegato. Criação na Propaganda Impressa . 3. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.					
VAZ, Adriana; SILVA, Rossano. Fundamentos da linguagem visual . 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.					
Bibliografia Complementar					
BARRETO, Roberto Menna. Criatividade em Propaganda . 12.ed. São Paulo: Summus, 1982.					
DUAILIBI, Roberto; SIMONSEN, Harry. Criatividade e Marketing . São Paulo: Makron Books, 2009.					
ARNHEIM, Rudolf. Arte e Percepção Visual: Uma Psicologia da Visão Criadora . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998.					
BARRETO, Roberto Menna. Criatividade no trabalho e na vida . São Paulo: Summus, 2013.					
OSTROWER, Fayga. Criatividade e Processos de Criação . 24.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.					
SANT'ANNA, Armando. Propaganda: Teoria, Técnica e Prática . 8.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008.					
VESTERGAARD, Torben. A linguagem da Propaganda . São Paulo: Martins Fontes, 2004.					
NEUMEIER, Marty. A empresa orientada pelo Design: Como construir uma cultura de inovação permanente . Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.					
PHILLIPS, Peter L. Briefing: a gestão do projeto do design . 2. ed. São Paulo, SP: Blücher, 2015.					
SEDDON, Tony. Imagens: um fluxo de trabalho digital criativo para designers gráficos . Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.					
VASSÃO, Caio Adorno. Metadesign: ferramentas, estratégias e ética para a complexidade: o metadesign é um meio de se construir a simplicidade a partir da complexidade . São Paulo, SP: Blücher, 2010.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
MPG		MATERIAIS E PROCESSOS GRÁFICOS			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	20	60	60	Módulo 2
Ementa					
Relevância da produção gráfica no ciclo de atuação de profissionais de design. Relação entre suporte, produção, materiais e conteúdo visual. Fabricação e tipos de papel. Produção gráfica e sustentabilidade. Sistemas de impressão. Tipos de materiais e inovação em processos de produção. Criação e planejamento de produtos gráficos. Noções de Sinalética e Design de Embalagens.					
Área de Integração					
Tipografia; Marca, Branding e Identidade Visual; Direção de Arte; Design, Cultura e Sociedade.					
Bibliografia Básica					
AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. Impressão e acabamento . Porto Alegre: Bookman, 2009.					
BAER, Lorenzo. Produção gráfica . São Paulo: Ed. Senac, 2005.					
BANN, David. Novo Manual de Produção Gráfica . Edição revisada e atualizada. São Paulo: Bookman, 2012.					
Bibliografia Complementar					
CAMARGO, Mário de. Gráfica: Arte e indústria no Brasil, 180 anos de história . São Paulo: Bandeirantes / Edusc, 2003.					
CRAIG, James. Produção Gráfica . São Paulo: Nobel, 1987.					
FERLAUTO, Claudio. O tipo da gráfica, uma continuação . Ed. Rosari, 2002.					
MARTINS, Wilson. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca . São Paulo: Editora Ática, 2002.					
PORTA, Frederico. Dicionário de artes gráficas . Porto Alegre: Editora O Globo, 1958.					
RIBEIRO, Milton. Planejamento visual gráfico . 8. ed. Brasília: Linha Gráfica, 2003.					
STATUÉ, Enric. Aldo Manuzio: editor, tipógrafo, livreiro: o design do livro do passado, do presente e, talvez, do futuro . Ateliê Editorial, 2004.					
VILLAS-BOAS, André. Produção gráfica para designers . 3. ed. Teresópolis: 2AB, 2010.					
GATTER, Mark. Produção Gráfica para Designers . Cotia: Ateliê Editorial, 2016.					
CAPELLASSO, Evandro Luiz. Produção Gráfica: do projeto ao produto . Editora SENAC, 2018.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
DCS		DESIGN, CULTURA E SOCIEDADE			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	50	10	60	60	Módulo 2
Ementa					
Relação entre Design, Cultura e Sociedade. Revolução Industrial e o processo de consolidação da cultura de mercado. As visões da sociologia e da antropologia sobre os processos de consumo. A Cultura como sistema de significação. Os estudos de consumo como objeto da cultura. Consumo e representação. As trocas simbólicas e o imaginário do consumo. Práticas, distinção e hierarquia social através do consumo. Os processos de consumo e a mediação social. Aspectos da cultura brasileira e consumo.					
Área de Integração					
Marca, Branding e Identidade Visual; Direção de Arte; Materiais e Processos Gráficos.					
Bibliografia Básica					
BONSIEPE, Gui. Design, Cultura e Sociedade . Blucher, 2011.					
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Zahar. 24 ^a ed., 2009.					
KRENAK, Ailton. A vida não é útil . São Paulo: Companhia das Letras, 2020.					
Bibliografia Complementar					
COELHO NETO. O que é Indústria Cultural . São Paulo: Brasiliense, 2004.					
CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e Cidadãos . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.					
COVALESKI, Rogério. (org.) Da Publicidade ao Consumo: ativismos, reconfigurações, interações . Recife: Editora UFPE, 2020.					
SUDJIC, D. A linguagem das coisas . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.					
DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. O mundo dos bens para uma antropologia do consumo . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.					
HALL, Stuart. Cultura e representação . Rio de Janeiro - RJ: PUC-Rio-Apicuri, 2016.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

TERCEIRO MÓDULO

Cód.		Componente Curricular			
EIN		EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	20	40	60	60	Módulo 3
Ementa					
Análise contextual do empreendedorismo no Brasil. Aspectos da prática profissional. Perfil empreendedor. Identificação e análise de oportunidades. Modelos ágeis de negócios. Inovação e tipos de ativos de Propriedade Intelectual (PI). Marcas e patentes. Busca de patentes. Validação de ideias e MPV (Mínimo Produto Viável). Pitch. Startups e incubadoras.					
Área de Integração					
Design Editorial; Motion Design e Audiovisual; Design de Interfaces; Marketing; Libras.					
Bibliografia Básica					
DORNELAS, José Carlos Assis. Plano de negócios: seu guia definitivo : o passo a passo para você planejar e criar um negócio de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.					
OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. Business Model Generation : inovação em modelos de negócios : um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.					
HISRICH, Robert D; PETERS, Michael P; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo . 9. ed. Porto Alegre: AMGH Ed., 2014.					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA, Diego Perez de; DEL MONDE, Isabela Guimarães; PINHEIRO, Patricia Peck (Coord.). Manual de Propriedade Intelectual - Unesp/NEaD – 2013. Disponível em: < https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65802?locale=es_ES >. Acesso em: 01 dez. 2023.					
DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2014.					
JUGEND, Sérgio Luis da Silva. Inovação e desenvolvimento de produtos práticas de gestão e casos brasileiros . Rio de Janeiro LTC 2013.					
KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 3.0 : as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.					
TAJRA, Sanmya Feitosa. Empreendedorismo : conceitos e práticas inovadoras. São Paulo: Érica, 2014.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
DED		DESIGN EDITORIAL			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	30	30	60	60	Módulo 3
Ementa					
<p>Projetos editoriais com o estudo de diferentes objetos do segmento como: periódicos, livros, institucionais, revistas e catálogos. Tecnologias que dão suporte à publicação na internet e à produção do livro digital (e-books). Estudo do planejamento gráfico e desenvolvimento de publicações. Experimentação em design editorial com a prática em programas de editoração. Projeto gráfico completo para uma publicação (livro, revista, catálogo etc). Publicações digitais: O processo na criação e desenvolvimento dos trabalhos digitais.</p>					
Área de Integração					
Empreendedorismo e Inovação; Marketing; Libras.					
Bibliografia Básica					
<p>MARTINO, Luís Mauro Sá. Teoria Das Mídias Digitais - Linguagens, Ambientes e Redes. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª. Edição, 2014.</p> <p>MARTINS, Guilherme Magalhães; e Longhi, João Victor Rozatti (org). Direito Digital: Direito Privado e Internet. Indaiatuba: Editora Foco, 2ª Edição, 2019.</p> <p>SCHWINGEL, Carla. SEPAC. Mídias digitais: Produção de conteúdos para a web. Série Manuais dos cursos oferecidos pelo SEPAC - Serviço à Pastoral da Comunicação. São Paulo: Editora Paulinas, 1ª Edição, 2012.</p> <p>VAZ, Conrado A. Google Marketing - o guia definitivo de marketing digital. São Paulo: Novatec, 3ª Edição 2010.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>BARBOSA FILHO, André. Comunicação digital: educação, tecnologia e novos comportamentos. São Paulo: Paulinas, 1ª Edição, 2008.</p> <p>KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2011.</p> <p>ROSA, Andreniza Aquino Eluan da. Convergência das mídias. Florianópolis: Ed. do IFSC, 2012.</p> <p>STERNE, Jim. Métricas em Mídias Sociais. Barueri: Editora Nobel. 1ª Edição, 2012. GUEDES, Caroline Lengert. Desenvolvimento de projetos com mídias integradas na educação. Florianópolis: Ed. do IFSC, 2012.</p> <p>VERONEZZI, José Carlos. Mídia de A a Z: os termos de mídia, seus conceitos, critérios e fórmulas, explicados e mostrados graficamente como são utilizados na mídia. São Paulo: Flight Editora, v. 1, 2002.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
MDA		MOTION DESIGN E AUDIOVISUAL			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	40	80	80	Módulo 3
Ementa					
Breve história do cinema. Processo de planejamento das etapas de realização audiovisual, desde a concepção da ideia, roteirização, produção, captação de imagem e som, edição de vídeo e publicação de vídeos. Breve história do desenho animado e do motion design. Introdução aos princípios de animação e aplicação dos mesmos na pré-produção de peças de animação. Animação gráfica. Estudos de cases de filmes de motion design. Inovação e novas tecnologias.					
Área de Integração					
Empreendedorismo e Inovação; Marketing; Libras.					
Bibliografia Básica					
<p>BARROS FILHO, Clóvis de. Ética na comunicação. São Paulo: Summus, 2008.</p> <p>ALVES, Marcia Nogueira. Mídia e produção audiovisual: uma introdução. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p> <p>BAHIA, Ana Beatriz. História da Animação. Curitiba: InterSaberes, 2021.</p> <p>PERUYER, Matias. Laboratório de Artes e Visuais: audiovisual e animação. Curitiba: InterSaberes, 2020.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALMEIDA, Manuel Faria. Cinema e Televisão: Princípios Básicos. Lisboa: TV Guia Editora, 1990.</p> <p>COMPARATO, Doc. Da criação ao roteiro: teoria e prática. 5ª ed. São Paulo: Summus, 2018.</p> <p>KELLISON, Cathrine. Produção e Direção para TV e Vídeo: Uma Abordagem Prática. Rio de Janeiro: Editora <i>Campus</i>, 2006.</p> <p>PRIMO, Lane. SIDARTA, Nogueira. Produção Audiovisual - Imagem, Som e Movimento. São Paulo: Editora Érica, 2014.</p> <p>SOARES, Wellington. Motion Graphics. Curitiba: InterSaberes, 2021.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
DIN		DESIGN DE INTERFACES			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	30	30	60	60	Módulo 3
Ementa					
Caracterização das interfaces computacionais: histórico e definição. Elementos de interação e metodologia de projeto de interface. Design de interação e design de interfaces. O processo na criação e desenvolvimento dos trabalhos digitais. Design UX e UI, webdesign, mídias digitais. Inovação e novas tecnologias. Tipografia digital e cores para interfaces digitais. Prototipação de blogs, sites, perfis e aplicativos. Desenvolvimento de projetos de computação gráfica.					
Área de Integração					
Empreendedorismo e Inovação; Marketing; Libras.					
Bibliografia Básica					
<p>WIEDEMANN, Julius (Ed.). Web design: studios 2. Itália: Taschen, 2017.</p> <p>TERUEL, Evandro Carlos. Web total: desenvolva sites com tecnologias de uso livre : prático e avançado. 1. ed. São Paulo: Érica, 2009.</p> <p>ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen; PREECE, Jennifer. Design de interação: além da interação humano-computador. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>TOCCI, Ronald J; WIDMER, Neal S; MOSS, Gregory L. Sistemas digitais: princípios e aplicações. 11. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.</p> <p>MAGRANI, Eduardo. A internet das coisas. Rio de Janeiro: FGV, 2018.</p> <p>MEMÓRIA, Felipe. Design para a internet: projetando a experiência perfeita. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>RUBIN, J.; CHISNELL, D.; SPOOL, J. Handbook of Usability Testing: How to Plan, Design, and Conduct Effective Tests. Wiley, 2 edition, 2008.</p> <p>CYBIS, W.; BETIOL, A. H.; FAUST, R. Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Novatec, 2015. 488 p.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
MKT		MARKETING			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	20	60	60	Módulo 3
Ementa					
<p>Conceitos e técnicas fundamentais do marketing. O ambiente de marketing, suas variáveis e mudanças. O sistema de marketing. Análise SWOT. Segmentação de mercado. O composto de marketing. Ciclo de vida dos produtos CVP e Matriz BCG. Marketing promocional, merchandising e exibitécnica. Pesquisa de Mercado. Brand, Branding e Brand Equity. Noções de comportamento do consumidor. Influência do design na propaganda e na criação de valor para o consumidor. Conceito de Marketing digital.</p>					
Área de Integração					
Empreendedorismo e Inovação; Design Editorial; Motion Design e Audiovisual; Design de Interfaces; Libras.					
Bibliografia Básica					
<p>KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan ; SETIAWAN, Iwan. Marketing 3.0 - As Forças que Estão Definindo o Novo Marketing Centrado no Ser Humano. Rio de Janeiro: Editora <i>Campus</i>, 2010.</p> <p>KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan ; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0 - Do Tradicional ao Digital. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2017.</p> <p>BASTA, Darci. Fundamentos de Marketing. Editora FGV, 2015.</p> <p>KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. Administração de Marketing. São Paulo: Editora Pearson, 2013.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de Marketing: Conceitos, Planejamento e Aplicações à Realidade Brasileira. São Paulo: Editora Atlas, 2012.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CASTIGLIONI, Ligia. Comunicação e Marketing empresarial. Série Eixos. São Paulo: Editora Erica, 2014.</p> <p>CHURCHILL JR, Gilbert A; PETER J. Paul. Marketing: Criando Valor para os Clientes. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.</p> <p>CROCCO et al. Decisões de Marketing - Os 4 Ps - Coleção de Marketing – v.2, 3.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Serviços. São Paulo: Editora Atlas, 2012.</p> <p>ZENONE, Luiz Cláudio. Marketing de Relacionamento: Tecnologia, Processos e Pessoas. São Paulo: Editora Atlas, 2010.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
LBS		LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
40	00	00	40	40	Módulo 3
Ementa					
<p>1. Noções básicas de deficiência auditiva/surdez 2. Historicidade da Linguagem de sinais 2.1 Breve história das pessoas com deficiência auditiva-surdez no mundo e no Brasil 2.2 Breve história das línguas de sinais; 2.3 Língua, linguagem, sinais e gestos 2.4 A língua de sinais na constituição da identidade e cultura surdas. 3. Legislação específica: 3.1 Lei nº 10.436, de 24/04/2002; 3.2 Decreto nº 5.626, de 22/12/2005. 4 Introdução a Libras: 4.1 Parâmetros da Libras: configurações de mão, ponto de articulação/localização, movimento, orientação/direcionalidade da mão, expressões; 4.2 Características da língua, seu uso e variações regionais; 4.3 Alfabeto da Libras, Saudação, Identificação Pessoal: nome, sinal; Pronomes Pessoais, Meses, Números, Família; Material Escolar, Cores; Sentimentos; Verbos; Profissões; 5. Prática introdutória em Libras 5.1 Diálogo e conversação básica; 5.2 Expressão viso-espacial</p>					
Área de Integração					
Empreendedorismo e Inovação; Design Editorial; Motion Design e Audiovisual; Design de Interfaces; Marketing.					
Bibliografia Básica					
<p>ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo, Summus, 2007.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº. 10.426, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2005.</p> <p>BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. 160p.</p> <p>BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.</p> <p>HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Editora: Ciranda Cultural, 2010.</p> <p>SACKS, Oliver W. Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010. 124 p.</p>					
Bibliografia Complementar					

ALMEIDA, E. C. **Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS**. 2. ed. São Paulo: Revinter, 2013. 242p.

BRASIL. Ministério da Educação – SEESP/INES. **Dicionário Digital de LIBRAS**.

BRASIL. **Dicionário Digital de LIBRAS**. Site do MEC www.dicionariolibras.com.br

BRASIL. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado trilingue de LIBRAS**. Sites do MEC: www.ines.org.br/libras; www.feneis.com.br e www.surdosol.com.br

CAPOVILLA, F. C. et al. **Novo Deit–Libras**: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 1, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 2800p.

QUADROS, R. M.; KARNOP, L. B. **Língua dos Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2003. 222p.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004

SILVA, Márcia Cristina Amaral da. **Os surdos e as notações numéricas**. Maringá: Eduem: 2010

COUTINHO, Denise, **Libras e Língua Portuguesa** (semelhanças e diferenças) \ Volume I \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 77 p.: il.

COUTINHO, Denise, **Libras e Língua Portuguesa** (semelhanças e diferenças) \ Volume II \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 161 p.: il.

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

A integração dos componentes será desenvolvida por compatibilidade de ementas, por meio de projeto integrador e ficará sob a responsabilidade dos docentes elaborarem os conteúdos que constituirão as bases científicas, instrumentais e tecnológicas dos componentes curriculares, as quais deverão estar articuladas e integradas entre si para o desenvolvimento de determinada competência da área específica ou de outras áreas de conhecimento, visando garantir a interdisciplinaridade.

7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias

Este curso não prevê terminalidades intermediárias.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Este curso não prevê Trabalho de Conclusão de Curso.

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

9.1 Prática Profissional Supervisionada

A prática profissional supervisionada do curso compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações. A prática profissional ocorrerá de forma integrada, contextualizada e inter-relacionando os saberes apreendidos e terá a pesquisa como princípio pedagógico, mantendo-se a relação pesquisa- ensino-extensão e inovação.

As atividades relativas à prática profissional serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares que deverão estabelecer atividades práticas para o desenvolvimento de atividades que contribuam para a formação profissional.

A carga horária destinada à prática profissional supervisionada é de 440 horas, com atividades desenvolvidas no decorrer do curso, distribuídas em cada componente curricular e módulos que irão contemplar: 160h no Módulo I, 120h no Módulo II e 160h no Módulo III.

9.2 Estágio Profissional Supervisionado

Considerando que a articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á transversalmente ao longo do curso, este não prevê a realização de estágio curricular obrigatório.

É facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem estágio curricular não obrigatório, com carga horária não especificada, além da carga horária mínima do curso, desde que estabelecido convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o IFRR, que garantam as condições legais necessárias e estejam em conformidade com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução n.º 418 – Conselho Superior, de 18 de dezembro de 2018, a Resolução CONSUP/IFRR N° 782, de 25 de março de 2024 que *“Dispõe sobre as normas e as diretrizes gerais do estágio e sua padronização nos campi do Instituto Federal de Roraima”* e Organização Didática em vigor.

9.3 Projetos

Os projetos integradores poderão permear todos os períodos dos cursos, devendo contemplar a aplicação dos conhecimentos adquiridos, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social, contribuindo para o desenvolvimento local e a solução de problemas.

Em se tratando de atividades que demandem a execução de projeto integrador, a metodologia de desenvolvimento da prática profissional estará detalhada no formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo se caracterizar como Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão e Projetos de Ensino Integrados.

As atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão serão, preferencialmente, ofertadas no *Campus* e proporcionarão a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, resultando em relatórios sob o acompanhamento e supervisão de um orientador

Os projetos integrados serão propostos pelos docentes durante a oferta dos componentes curriculares, planejados para a vivência de uma experiência profissional, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou ao desenvolvimento de competências, a fim de preparar os

estudantes para os desafios no exercício da profissão. Tais projetos deverão ser previstos nos planos de ensino e detalhados em instrumento de planejamento próprio.

9.4 Prática Profissional Integrada

A prática profissional integrada (PPI) é o espaço/tempo destinado, por excelência, para promover a articulação entre os conhecimentos trabalhados nos diferentes componentes curriculares do curso, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A PPI será desenvolvida ao longo do curso, a fim de promover o contato real e/ou simulado com a prática profissional pretendida pela habilitação específica e articular a integração horizontal e vertical entre os conhecimentos da formação geral e da formação específica com foco no trabalho como princípio educativo.

Deste modo, a PPI será realizada ao longo do curso, por meio de projetos integradores que possibilitem a construção de conhecimentos teóricos e práticos, habilidades e competências tanto no ambiente escolar quanto em espaços externos de forma articulada com ensino, pesquisa, extensão e inovação.

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

As Atividades Acadêmicas-Científico-Culturais (AACCs) referem-se às vivências acadêmicas e ao enriquecimento do currículo por meio de atividades extracurriculares de natureza acadêmica-científica-cultural definidas em resolução específica. Tem caráter de complementação da prática profissional quando realizadas na área objeto de formação do estudante, desde que haja relação com os conteúdos dos componentes curriculares da matriz e respeitando os objetivos e o perfil profissional de conclusão do curso, bem como sua estrutura curricular.

No Curso Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio, não prevê carga horária obrigatória para as AACCs. No entanto, é facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem AACCs.

11. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Na perspectiva de flexibilizar a formação de técnicos, por meio das competências necessárias para o mundo do trabalho, o Curso de Design Gráfico será estruturado anualmente, sendo composto de 3 (três) módulos. O curso será oferecido no período noturno, com vistas às demandas do mundo do trabalho e disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.

Os procedimentos metodológicos visam como habilidade cognitiva fundamental a capacidade de desenvolver competências e possibilitar a aquisição de conhecimentos de forma criativa para a resolução de situações problemas detectados na dinâmica da prática social e produtiva. A metodologia deve ser desenvolvida de forma a contemplar os aspectos envolvidos no desenvolvimento das competências cognitivas, psicomotoras e sócio afetivas, dando ênfase à contextualização e à prática social e produtiva.

A metodologia adotada integra os conteúdos teóricos à prática, sistematizando uma ação conjunta, tornando-os mais compreensivos e significativos. Os docentes buscarão desenvolver um ensino construtivo, orientando a aprendizagem do estudante, a fim de incentivá-lo a conduzir suas competências. Com isso, o estudante irá adquirir conhecimentos aproveitando sua capacidade de partilhar liderança.

No desenvolvimento das atividades, os docentes adotarão várias técnicas de ensino, visando torná-las mais ajustadas à realidade dos estudantes e mais eficientes quanto aos seus resultados. Esses docentes utilizarão metodologias que facilitem o desenvolvimento da área profissional, incluindo aplicação dos conceitos e princípios científico-tecnológicos significativos, envolvendo conseqüentemente o uso inteligente de ferramentas e técnicas, indispensáveis para o processo de profissionalização do estudante.

Caberá ao docente definir no plano de ensino do seu componente as melhores estratégias, técnicas e recursos para o desenvolvimento do processo educativo, mas sempre de acordo com o projeto pedagógico do curso, considerando a proposta do viés integrador e interdisciplinar. Dentre elas, aulas expositivas dialogadas com esquemas e suportes visuais; aulas práticas; estudos de texto; estudos de caso; resumos; mapas conceituais; estudos dirigidos; aulas orientadas; listas de discussão por meios informatizados; filmes; uso de tecnologias de informática; soluções de problemas; resolução de exercícios; grupos de trabalho (GT)/seminários; ensinamentos em pequenos grupos; grupos de verbalização e de observação (GVGO); dramatizações;

seminários; painéis; entrevistas; discussões e debates; oficinas práticas; estudos do meio; pesquisas direcionadas; exposições; visitas técnicas e dinâmicas em grupo.

Considerando a oferta do componente curricular optativo de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS na modalidade a distância, o Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional deverá ser utilizado para a mediação do conhecimento com a utilização dos recursos de promoção das aulas síncronas e assíncronas.

12. ATIVIDADES À DISTÂNCIA

Este curso será desenvolvido de forma presencial, exceto o componente curricular optativo de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS que será ofertado integralmente à distância por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, na plataforma Moodle.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional é organizado para fins pedagógicos, utilizando-se de instrumentos pertinentes à prática pedagógica na modalidade EaD, conforme estabelecido na Organização Didática do IFRR.

Neste sentido, ficarão disponíveis os conteúdos e atividades avaliativas, correspondente à carga horária do componente curricular. Da mesma forma será utilizado o SUAP para o registro das aulas e notas no diário correspondente ao componente curricular.

O planejamento do componente curricular de Libras deverá constar no Plano de Ensino de forma clara e precisa, especificando a metodologia adotada, critérios de avaliação, cronograma de atividades e mecanismos de atendimento individualizado aos estudantes.

As atividades serão colaborativas e/ou individuais, síncronas com uso de webconferências, transmissão de aula, seminários online, webinar, e assíncronas, como fóruns, tarefas, questionários, produções, resoluções de problemas, laboratórios digitais, dentre outras que o docente julgar importante para a execução do componente curricular.

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

A articulação do ensino com a pesquisa e extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso, tem por objetivo estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, possibilitando a articulação com o mundo do trabalho e dando ênfase à produção, ao segmento ao desenvolvimento e à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, cujo objetivo é fazer a interface entre ensino, pesquisa, extensão e inovação para enriquecer o conhecimento dos estudantes.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos sujeitos condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando-lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa.

As ações de pesquisa e de inovação serão desenvolvidas mediante alguns programas, tais como: Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) e Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX) ou outras formas que docentes e discentes adotarem.

As ações desenvolvidas por meio do IF Comunidade, da Semana de Empreendedorismo e Inovação que acontecem todos os anos no *campus*, constituem-se em momentos de troca do conhecimento produzido e acumulado pela Instituição, além de também demonstrar a transparência e o compromisso com a sociedade local.

As atividades deverão ser previstas no plano de ensino ou ser desenvolvidas em formato de projetos de ensino, pesquisa ou extensão, com ou sem fomento por meio de edital institucional, garantindo ao estudante o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional.

14. APOIO AO DISCENTE

O Coordenador de Curso estabelecerá mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas). Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares. Para o atendimento ao estudante, a Coordenação de Curso conta com a parceria das equipes da Coordenação Pedagógica (COPEP) e da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES).

Dentre as ações desenvolvidas para garantir a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, pode-se destacar o acolhimento realizado todo início de semestre com os estudantes e durante o ano com as famílias, a garantia da acessibilidade metodológica e instrumental por

meio da promoção de formação continuada da equipe do ensino, a realização de monitoria, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, o atendimento realizado pela equipe multidisciplinar, a participação nos projetos de pesquisa e extensão, as práticas inovadoras nos projetos Inova e etc.

14.1. Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais

A Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE) tem o objetivo de definir diretrizes que promovam a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas (PNEEs), buscando o respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades por meio de algumas ações, dentre elas:

- Promover cursos de capacitação no *Campus* Boa Vista Zona Oeste;
- Promover ações socioeducativas sobre as temáticas da inclusão;
- Identificação, verificação e acompanhamento dos discentes com necessidades educacionais específicas;
- Atuar nos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo de ensino e aprendizagem dos discentes;
- Potencializar o processo ensino e aprendizagem por meio de orientação dos recursos de novas tecnologias assistidas, inclusive mediando projetos de inovação tecnológica assistida, desenvolvidos por discentes e docentes;
- Propor e acompanhar ações de eliminação de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição;
- Incentivar a implantação de conteúdos, componentes curriculares permanentes e/ou optativas referentes à Educação Inclusiva, nos cursos ofertados pelo IFRR; Atuar junto aos professores na adaptação e produção dos materiais didáticos e apoiar os servidores no atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas no ambiente escolar;
- Promover e estimular o desenvolvimento de atividades formativas para a comunidade educativa do IFRR; e
- Articular as atividades desenvolvidas com as ações de outras Instituições voltadas ao trabalho com pessoas com necessidades educacionais específicas.

14.2. Assistência Estudantil

A Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, tem por objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos da desigualdade, para a melhoria do desempenho acadêmico, para a permanência estudantil, para a produção e difusão dos conhecimentos, para êxito educacional e para a melhoria das condições de vida dos estudantes.

São objetivos específicos da Política de Assistência Estudantil do IFRR:

- I. Fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que possibilitem a permanência e o êxito dos estudantes;
- II. Realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial dos estudantes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- III. Proporcionar aos estudantes condições necessárias para seu amplo desenvolvimento acadêmico, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, conforme legislação vigente;
- IV. Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção escolar, mediante implementação do Plano de Permanência e Êxito do IFRR;
- V. Possibilitar ao corpo discente igualdade de oportunidades para além da transferência de recursos financeiros, por meio de ações de apoio estudantil promovidas pelo ensino, pesquisa e extensão;
- VI. Promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais;
- VII. Implementar programas, projetos e ações que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, culturais, de gênero, geracionais e religiosas;
- VIII. Possibilitar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, técnico científicos, artístico-culturais e esportivos;
- IX. Incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos-científicos e culturais dos estudantes;
- X. Estimular a participação dos estudantes na discussão e nos processos decisórios

referentes à gestão democrática da Assistência Estudantil do IFRR.

Dentre os programas de que trata a Política de Assistência Estudantil, o *Campus* Boa Vista Zona Oeste oferece aos estudantes do Curso Técnico em Design Subsequente ao ensino médio:

- I. Programa de Auxílio Alimentação;
- II. Programa de Auxílio Transporte.

O *campus* conta, ainda, com ações realizadas pela Coordenação de Apoio ao Estudante (CAES) e sua equipe integrada pelos profissionais do Serviço Social; Psicologia e Enfermagem; e pela Coordenação Pedagógica com a Equipe Técnico-Pedagógica composta por Pedagogo e Técnicos em Assuntos Educacionais.

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, que potencializam a construção do conhecimento e têm um papel fundamental nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo melhorias na comunicação, ofertando espaços de simulação de atividades práticas que não sejam possíveis de realizar de forma direta por indisponibilidade de espaço e estrutura, entre outras possibilidades de mediação.

As TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio para promover aprendizagens mais significativas, com o objetivo de apoiar os docentes na implementação de metodologias de ensino ativas, alinhando o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento dos estudantes.

Visando acompanhar o uso cada vez mais intenso da Tecnologia Digital de Informação e Comunicação (TDIC), como recurso do processo de ensino e aprendizagem, o IFRR busca continuamente a melhoria de acessibilidade às novas tecnologias. Neste sentido, a infraestrutura oferecida aos estudantes e docentes contempla laboratórios de informática com programas específicos, aplicáveis ao ensino nas diferentes áreas com o objetivo de atender às demandas dos cursos com livre acesso à internet e a biblioteca virtual. Ao todo, são 02 (dois) laboratórios de informática, com 30 (trinta) computadores cada, e um laboratório na biblioteca, com 18 (dezoito) computadores que são disponibilizados aos estudantes para uso em atividades de pesquisa, todos com acesso à rede mundial de computadores e com suíte de aplicativos para escritório contendo processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, cliente de e-mails, biblioteca virtual com um acervo atualizado com livros referentes às mais diversas áreas.

Além disso, o *Campus* Boa Vista Zona Oeste implementou o Laboratório IF Maker que tem como função primordial estimular o espírito de criação e inovação nos estudantes, integrando novas tecnologias e a sala de aula por meio de ferramentas como impressoras 3D, *scanner* 3D, CNC *Laser*, kit Robótica Arduino e Lego, entre outros equipamentos.

16. CONSELHO DE CLASSE

O IFRR/CBVZO possui Conselho de Classe presidido pelo Departamento de Ensino, que é um órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar dos estudantes matriculados nos cursos técnicos, tendo sua organização e funcionamento fixados pela Organização Didática da instituição.

O Conselho de Classe é temporário e ocasional, sendo constituído pelo Departamento de Ensino, todos os docentes da turma, no período letivo em questão, representantes dos discentes, o coordenador de curso, a equipe multidisciplinar de assistência ao estudante e um representante da equipe técnico-pedagógica.

O Conselho de Classe cuja finalidade é analisar os problemas educacionais da turma integralmente e os referentes às diferenças individuais e ambientais dos discentes, reunir-se-á ao final de cada módulo, em caráter ordinário e estará previsto no calendário acadêmico, assegurando um acompanhamento contínuo e planejado dos estudantes. Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Departamento de Ensino para tratar de assuntos específicos.

Ao final do período letivo, o Conselho de Classe analisará a situação dos discentes com reprovação nos componentes curriculares, tendo a prerrogativa de homologar, ou não, a

média/nota final atribuída pelos docentes.

São atribuições do Conselho de Classe:

- Levantar as dificuldades da turma com relação à aprendizagem, ao relacionamento docente e discente, ao relacionamento entre os próprios discentes e outros assuntos que mereçam ser analisados coletivamente;
- Deliberar sobre medidas técnicas, administrativas e pedagógicas a serem tomadas, visando a superar dificuldades detectadas;
- Despertar nos docentes e nos discentes o hábito de reflexão, de análise e de autoavaliação sobre o seu próprio desempenho, no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades;
- Servir como instrumento de aperfeiçoamento da prática pedagógica, buscando alternativas e sugerindo metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes necessários na condução do processo de ensino-aprendizagem.

Por determinação do Departamento de Ensino, em função de assuntos específicos a serem tratados, o Conselho de Classe poderá ser convocado para reunir-se com:

- Toda a turma de discentes;
- Sem a presença dos discentes; ou
- Com determinado grupo de discentes.

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

O IFRR compreende avaliação de caráter polidimensional e processual que inclui avaliação da aprendizagem do estudante, avaliação das estratégias de ensino e avaliação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para ressignificação do processo educacional.

A avaliação da aprendizagem do estudante deve ser entendida como um meio para acompanhamento da apropriação do conhecimento, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades conforme perfil profissional do curso.

Avaliação do ensino compreende o acompanhamento pedagógico no que tange a prática docente para identificar os meios, instrumentos, estratégias de ensino que contribuem para a superação das dificuldades no processo de aprendizagem.

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é entendida como um processo contínuo de monitoramento e/ou de reformulação deste, a partir das necessidades do mundo do trabalho, do processo de ensino e aprendizagem e da avaliação do curso.

17.1 Do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino e aprendizagem têm como parâmetro os princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o perfil de conclusão do Curso.

A avaliação da aprendizagem do estudante compreenderá os aspectos cognitivo e social, sendo os critérios e valores estabelecidos em cada instrumento de avaliação, descritos na metodologia do Plano de Ensino dos docentes e previamente apresentados aos estudantes no início do componente curricular.

O processo avaliativo deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo docentes e estudantes e deve garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos de avaliação, as bases tecnológicas, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas.

A avaliação deverá ser um diagnóstico constante – processo contínuo e formativo – em que os aspectos qualitativos se sobreponham aos quantitativos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), considerando as modalidades:

I - Avaliação Diagnóstica - realizada no início do processo de ensino aprendizagem:

- a) Detecta o nível de conhecimentos dos estudantes;
- b) Retroalimenta o processo, indicando os elementos que precisarão ser aprofundados;

II - Avaliação Formativa - de caráter contínuo e sistemático:

- a) Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem;
- b) É interna ao processo e centrada no estudante;
- c) Também tem caráter diagnóstico;
- d) Possibilita acompanhar o domínio de competência e adequar o ensino aos ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante;

III - Avaliação Somativa - possibilita avaliar as competências pretendidas:

- a) fornece resultados de aprendizagem;
- b) subsidia o planejamento do ensino para a próxima etapa;
- c) informa o rendimento dos estudantes em termos parciais e finais.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a acionar outros conhecimentos e habilidades evidenciando iniciativa, criatividade para resolução de problemas.

É de competência do docente a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem. Quando o conteúdo de qualquer avaliação prevista, discrepar dos objetivos gerais ou específicos constantes no Plano de Ensino, o setor de apoio pedagógico proporá sua adequação.

O docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino. São considerados, dentre outros, os seguintes instrumentos avaliativos:

- I - Fichas de observação com critérios estabelecidos;
- II - Projetos;
- III - Estudo de caso;
- IV - Painéis integrados.
- V - Lista de verificação de desempenho e competências;
- VI - Exercícios
- VII - Questionários;
- VIII - Pesquisa;
- IX - Dinâmicas;
- X - Teste/exame/prova escrita ou oral;
- XI - Prática Profissional;
- XII - Relatórios;
- XIII - Portfólio;
- XIV - Atividade prática;
- XV - Jogos pedagógicos;
- XVI - Teatro.

As avaliações devem ser estabelecidas de forma contextualizada, preferencialmente em articulação entre os componentes curriculares que trabalham a mesma competência. Os resultados das avaliações da aprendizagem deverão ser analisados pelo docente junto a turma, visando garantir o melhor aproveitamento dos conteúdos trabalhados.

As avaliações dos estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/Altas habilidades devem ser adaptadas às suas necessidades educacionais específicas com apoio da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE).

A verificação da aprendizagem dos estudantes será expressa em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos conforme o sistema acadêmico adotado.

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, comunicadas previamente aos estudantes, considerando o calendário acadêmico. Os docentes terão um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização das avaliações, para apresentar os resultados aos estudantes, de modo a possibilitar a análise do seu desempenho.

Em caso de uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), o docente deverá optar por tecnologias disponíveis na instituição ou acessíveis aos estudantes, a fim de propiciar ao estudante a realização das atividades avaliativas.

A nota do componente curricular será composta por uma das seguintes formas:

- I - Somativa;
- II - Média aritmética simples;
- III - Média ponderada.

No sistema de avaliação somática a nota do componente curricular será composta pela soma simples dos instrumentos avaliativos.

No sistema de avaliação média aritmética simples a nota do componente curricular será composta pela média aritmética de duas notas (N1 e N2).

No sistema de avaliação média ponderada a nota do componente curricular será composta, levando-se em consideração o peso atribuído para cada nota (N1 e N2).

A nota do componente curricular será composta por no mínimo (02) dois e no máximo (04) quatro instrumentos avaliativos, diferentes entre si, distribuídos entre N1 e N2, quando for o caso.

Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) por componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do módulo.

Será considerado reprovado o estudante que obtiver média modular menor que 4,0 (quatro) no componente curricular e/ou frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do módulo.

Visando garantir o êxito acadêmico, serão promovidos estudos de recuperação. Os estudos de recuperação serão desenvolvidos de forma contínua, durante o período letivo, com o objetivo de superar as dificuldades de aprendizagem.

O estudante que obtiver média modular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do módulo, terá direito a Exame Final, que será elaborado com base nos conteúdos ministrados, a critério do docente, durante o módulo.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que, após o Exame Final, obtiver média menor que 6,0 (seis). Em caso de reprovação em até 02 (dois) componentes curriculares, o estudante ficará em situação de dependência.

O componente curricular em dependência poderá ser executado conforme uma das opções a seguir:

- Oferta totalmente presencial;
- Oferta com no mínimo 20% (vinte por cento) da carga horária do componente curricular na forma presencial e 80% a distância;
- Oferta totalmente a distância.

Em qualquer das opções de organização, deve-se primar pelo cumprimento do conteúdo programático e da carga horária total, necessários para os estudantes alcançarem a progressão.

Conforme disposto na Organização Didática do IFRR, o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem consiste das análises decorrentes das reuniões de conselho de classe e de reuniões pedagógicas, em que são estabelecidas estratégias pedagógicas de intervenção necessárias que tem a finalidade de:

- I. Identificar progressos;
- II. Detectar dificuldades no processo ensino-aprendizagem;
- III. Detectar as causas e sugerir as medidas didático-pedagógicas a serem adotadas visando à superação das dificuldades;
- IV. Adequar, se necessário, o conteúdo programático dos componentes curriculares para haver maior interdisciplinaridade.

A proposição de possíveis intervenções deverá ocorrer por meio de decisão consensual entre o Departamento de Ensino, a Coordenação de Cursos e o setor Pedagógico, podendo ser envolvidos demais setores/profissionais que forem necessários.

Serão realizadas reuniões pedagógicas destinadas a momentos de reflexão, de caráter diagnóstico e prognóstico, com a finalidade de discutir estratégias de intervenção necessárias à continuidade do processo ensino-aprendizagem, bem como de formação continuada.

Além disso, ao final de cada módulo, será realizado o Conselho de Classe com a finalidade de analisar os processos de ensino-aprendizagem da turma e aqueles específicos de cada estudante.

O estudante tem direito à avaliação de segunda chamada, desde que realize a abertura de chamado via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) solicitando à Coordenação de Curso, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente e mediante a apresentação dos documentos justificativos, abaixo especificados:

- I - Atestado médico ou declaração de comparecimento, comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;
- II - Declaração da Coordenação de Assistência Estudantil, comprovando que o estudante está temporariamente impossibilitado de comparecer ao *campus*;
- III - Declaração de corporação militar, comprovando que, no horário da realização da primeira chamada, estava em serviço;
- IV - Declaração do Coordenador de Curso, comprovando que o estudante estava representando o IFRR em atividade científica, artística, cultural ou esportiva;
- V - Ordem Judicial.

A realização da avaliação de segunda chamada dependerá do parecer emitido pela Coordenação de Curso que dispõe de 24 (vinte e quatro) horas, para notificar o docente. Cabe ao

docente do componente curricular elaborar e aplicar o instrumento de avaliação de segunda chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis a partir do deferimento do pedido.

Os documentos apresentados não abonarão as faltas do estudante nos períodos indicados, mas lhe darão o direito de realizar as atividades avaliativas que porventura forem aplicadas durante seu afastamento.

Os demais casos, não previstos em Lei, serão avaliados pela Coordenação de Curso. O não comparecimento do estudante, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de segunda chamada, implica a atribuição de nota 0,0 (zero), desde que não esteja amparado legalmente.

17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

O aproveitamento de estudos ocorre por meio da dispensa de componente curricular cursado anteriormente, nos termos desta Organização Didática. O estudante terá direito a aproveitamento de estudos realizados com êxito, desde que do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior.

O período para requerer aproveitamento de estudo será definido no Calendário Acadêmico. Para requerer o aproveitamento de estudos, o estudante deverá observar a compatibilidade de competências e habilidades, conteúdos, cargas horárias entre o componente curricular cursado e o que está sendo ofertado.

O estudante poderá requerer aproveitamento de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso e ocorrerá quando se tratar de cursos legalmente autorizados e realizados em instituições de ensino reconhecidas e credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC).

O estudante do IFRR que tenha cursado componente curricular em outra instituição poderá solicitar aproveitamento de estudos ou contabilizar carga horária para Atividades Complementares. A solicitação para aproveitamento de estudos deverá ocorrer via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) em Central de serviço com abertura de chamado>Registro acadêmico>Aproveitamento, com especificação do(s) componente(s) curricular (es) de que se pleiteia, anexando os seguintes documentos:

I - Histórico Escolar;

II - Ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, bibliografia, devidamente assinada pelo responsável do curso.

O pedido de aproveitamento de estudos dará origem no setor de Registro Acadêmico que será despachado para a/o Diretoria/Departamento de Ensino/Coordenação de Curso ao qual o estudante estiver vinculado, que deverá observar, em seu parecer:

I - Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;

II - Os componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos do mesmo nível de ensino ou de nível superior.

O aproveitamento de estudos compreenderá apenas componentes curriculares que tenham sido cursados com êxito em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC. O docente responsável pelo componente curricular solicitado terá cinco (05) dias úteis para analisar os documentos referentes, em conformidade com as disposições constantes nesta Organização Didática, emitindo parecer para anexar ao processo.

O Coordenador do Curso deverá analisar o processo com o parecer do docente e publicar parecer final em, no máximo, vinte (20) dias após solicitação do estudante, observando o aproveitamento do componente curricular, listando a(s) equivalência(s), a(s) dispensa(s) e as que o estudante deverá cursar.

Após o trâmite, os resultados deverão ser encaminhados ao setor de Registro Acadêmico para encaminhamentos necessários. Até a data de publicação do parecer, o estudante deverá frequentar as aulas regularmente. Para efeito de Registro Acadêmico, constará no Histórico Escolar a indicação de que houve Aproveitamento de Estudos (AE) e a relação de componentes curriculares aproveitados com a respectiva carga horária.

17.3 Procedimentos de avaliação do curso

A avaliação do curso compreende a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação curricular em busca da qualidade do ensino ofertado, obtendo informações sobre o funcionamento do Curso, por meio da avaliação da eficiência e eficácia do

processo de ensino e aprendizagem, em cumprimento à Organização Didática do IFRR.

Após o término de cada módulo, os estudantes responderão a um questionário, preferencialmente digital, disponibilizado em plataformas digitais com acesso via computadores (desktops) e dispositivos móveis. Caberá à Direção-Geral homologar o instrumento que deverá ser proposto pelo Departamento de Ensino, em conjunto com sua equipe técnico-pedagógica. A Coordenação de Curso será responsável pela realização da avaliação em data prevista no Calendário Acadêmico, em parceria com o Departamento de Ensino e o Setor Pedagógico.

Dessa forma, constituirá objeto de avaliação permanente do curso: a consecução dos objetivos propostos no projeto pedagógico, tendo em vista o perfil e as competências do egresso, tendo como referência:

a) avaliação dos componentes curriculares e das atividades acadêmicas específicas do curso (visa identificar e diagnosticar o desenvolvimento do currículo, os meios, instrumentos, mecanismos e recursos que melhor se ajustam à aprendizagem do estudante, por meio da avaliação dos seguintes objetos: plano de ensino; projetos orientados pelo docente; produtos desenvolvidos sob a orientação docente e equipe pedagógica; sugestões e críticas dos estudantes, dos docentes, da equipe pedagógica, dos demais servidores técnico administrativos e da comunidade);

b) avaliação do corpo docente do curso (objetiva assumir função diagnóstica para favorecer a percepção da eficácia e eficiência do trabalho docente, no planejamento, organização, aplicação e avaliação das atividades pedagógicas em decorrência da especificidade do curso, verificar a adequação da formação dos docentes aos componentes curriculares por eles ministrados e realizar a autoavaliação docente). Serão avaliados diversos itens relativos à prática em sala de aula, domínio de conteúdo, formas de avaliação, assiduidade, pontualidade, postura profissional, dentre outros;

c) avaliação do corpo técnico do curso (pretende assumir função diagnóstica para favorecer a percepção da eficácia e eficiência do trabalho técnico, no planejamento, organização, aplicação e avaliação de atividades pedagógicas em decorrência da especificidade do curso, verificar o acompanhamento técnico-pedagógico, psicossocial e de saúde junto aos estudantes e realizar a autoavaliação do corpo técnico);

d) avaliação das instalações e equipamentos disponibilizados aos estudantes, corpos técnico e docente: será realizada avaliação dos espaços educativos como salas de aula, laboratórios, biblioteca e demais ambientes didáticos, assim como da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos equipamentos existentes para as atividades de ensino, a fim de favorecer a eficácia e eficiência dos trabalhos técnicos e pedagógicos, no planejamento, organização, aplicação e avaliação das atividades do curso em decorrência da especificidade do curso;

e) avaliação dos índices de reprovação, retenção e evasão: realizado por meio de estudos pela equipe de acompanhamento do curso (Coordenadores de Cursos e Equipe Técnico Pedagógica) com vistas a retroalimentação do Plano de Ação de Permanência e Êxito do CBVZO;

f) autoavaliação dos estudantes: será desenvolvida a fim de que permita ao estudante acompanhar seu desempenho no percurso de formação e identifique pontos a serem aprimorados, considerando-se esta prática imprescindível à aprendizagem com autonomia. O resultado do processo da autoavaliação poderá ser expresso em menções como: Ótimo – capaz de desempenhar, com destaque, as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão; Bom – capaz de desempenhar, a contento, as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão; e Insuficiente – ainda não capaz de desempenhar as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. As menções consideram os critérios e indicadores de desempenho relacionados com as competências profissionais descritas no perfil de conclusão.

Tais ações são necessárias visando atender ao disposto em normativa institucional que determina: *“No acompanhamento do desempenho acadêmico, os cursos ou componente(s) curricular(es) que, repetidamente, apresentarem alto índice de reprovação, deverão ser objeto de acompanhamento pedagógico por parte da Coordenação de Curso e Setor Pedagógico, visando embasar as necessárias intervenções (IFRR, 2023, p.79)”*.

Quando necessário, ocorrerão intervenções administrativas e pedagógicas para auxiliar estudantes, corpos docente e técnico, por parte da Coordenação de Curso e Direção de Ensino.

Os dados serão tabulados e analisados pela Coordenação de Curso e ficarão disponíveis para acesso de todos os envolvidos no processo avaliativo.

17.4 Sistema de avaliação institucional

A autoavaliação institucional deve ser entendida como um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, se analisa internamente, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como avaliar as suas realizações, o modo como se organiza e atua.

É um processo contínuo que objetiva a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos da instituição, para que eles subsidiem os planos institucionais de curto e médio prazos e, com isso, haja mudanças que resultem em melhorias efetivas.

A autoavaliação institucional obedece aos princípios norteadores da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sinaes para garantir o processo nacional de avaliação das IES e dos cursos de graduação e da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004, o IFRR constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão responsável por conduzir o processo de autoavaliação institucional, que tem autonomia em relação aos demais conselhos e colegiados.

A CPA é constituída por uma Comissão Própria de Avaliação Central, à qual compete a coordenação geral das atividades e se localiza na Reitoria, e por Comissões Setoriais de Avaliação Locais (CSAs), sendo uma em cada *campus*.

Além da Lei nº 10.861/2004, regulamentada pela Portaria nº 2.051/2004, a CPA fundamenta o seu processo avaliativo no Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Sua atuação se embasa na concepção de avaliação como processo permanente de construção e consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa.

A CPA e as CSAs são compostas por membros das comunidades interna e externa. Os integrantes da comunidade interna são eleitos por seus pares, sendo 2 (dois) representantes docentes, 2 (dois) representantes estudantis e 2 (dois) representantes dos técnicos administrativos. Quanto à comunidade externa, há dois (dois) representantes da sociedade civil organizada, que são indicados pelos dirigentes de suas organizações. Para cada membro titular da CPA existe um membro suplente do mesmo segmento.

A CPA atua em conjunto com as CSAs, que têm a atribuição de desenvolver o processo de autoavaliação, particularmente o trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica e de divulgação a esta de todo o processo.

O Campus Boa Vista Zona Oeste atende o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso. No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida seja as particularidades do estudante, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes, porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

O Instituto Federal de Roraima (IFRR) tem a responsabilidade de oferecer uma educação fundamentada nos princípios da inclusão social e da garantia dos Direitos Humanos. Em seu planejamento, o IFRR inclui atividades, políticas e programas educacionais voltados para responder a essa necessidade. O Campus Boa Vista Zona Oeste possui em sua estrutura os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE).

O NAPNE/IFRR tem por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, da pesquisa, extensão e inovação, promovendo o cumprimento efetivo das Leis 10.098/2000 e 13.146/2015, bem como do Decreto 5.296/2004 e outros instrumentos legais correlatos.

O NEABI Tem a finalidade de regulamentar as ações referentes à implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas, e para atender a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. É um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas pautado na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste atende o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso.

No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida sejam as particularidades dos estudantes, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes, porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim é viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Algumas tecnologias assistivas podem ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem, visando proporcionar maior autonomia aos estudantes que delas necessitarem. O campus conta atualmente com dois tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), podendo expandir seu quadro profissional técnico conforme a demanda.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste desenvolve diversas ações para atender às políticas de inclusão, alinhando-se à dinâmica histórico-social da região e buscando intervir por meio de propostas educacionais concretas. Entre essas ações destacam-se: programas de ações afirmativas, como cotas e reservas de vagas para grupos historicamente excluídos; apoio financeiro para estudantes de baixa renda, incluindo auxílios alimentação e transporte, visando garantir sua permanência e sucesso acadêmico; infraestrutura acessível para atender às necessidades de todos os estudantes; e apoio psicossocial, oferecendo serviços de psicologia e assistência social, além de promover ações de igualdade e diversidade.

18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

A Educação para os Direitos Humanos tem como princípio a formação omnilateral, ou seja, para o mundo de trabalho e vida em sociedade a para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e internacional.

Em seu planejamento, o IFRR busca incluir atividades, políticas e programas educacionais visando ofertar uma educação fundamentada nos princípios da equidade e inclusão social, tendo em vista a garantia dos Direitos Humanos.

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, as atividades relativas à Educação para os Direitos Humanos estão inseridas no curso de maneira transversal, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente, inseridos de maneira contextualizada nos projetos integradores de cada módulo do curso.

18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

A inclusão dessa temática promoverá a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano e nos sistemas de ensino, que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

O NEABI tem a finalidade de regulamentar as ações referentes implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas, e para atender temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. É um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautadas no respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais.

Os temas serão abordados de maneira transversal, por meio de assuntos relacionados a

valorização da identidade étnico-racial principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas, e para atender a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e tratados interdisciplinarmente, inseridos de maneira contextualizada nos projetos integradores de cada módulo do curso.

18.3 Política de Educação Ambiental

As ações de educação ambiental destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade — ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do país. Essas ações têm a intenção de oferecer melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e da participação social na proteção e na conservação ambiental e na manutenção dessas condições a longo prazo.

Os temas serão abordados de maneira transversal, por meio de assuntos relacionados às ações de educação ambiental, que destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade — ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do país e tratados interdisciplinarmente, inseridos de maneira contextualizada nos projetos integradores de cada módulo do curso.

18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A compreensão da educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional, numa perspectiva coletiva da comunidade acadêmica, reforça a necessidade da construção de institutos inclusivos que contam com redes de apoio à inclusão social.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste atende o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E ainda atende ao estabelecido no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso.

No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida seja as particularidades do estudante, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes, porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Algumas tecnologias assistivas poderão ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de proporcionar maior autonomia no atendimento aos estudantes que delas necessitarem. Além disso, o *campus* conta atualmente com equipe multiprofissional e tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), podendo expandir seu quadro profissional técnico, conforme demanda.

19 PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

19.1 Pessoal Docente

Nº	PROFESSOR	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
1	Adriana Alves do Amaral	Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês	Estudos Literários e Língua Portuguesa	-	-	40 – DE
2	Alexandre Soares de Melo	Graduação em Direito e Tecnologia em Gestão Pública	Gestão Pública e em Violência Doméstica	Ciências Jurídicas	-	40 – DE
3	André Maia Lima	Bacharelado e licenciatura em Educação Física	-	Ciências do Esporte	Ciências do Esporte	40 – DE
4	Antonio Ferreira da Silva	Licenciatura em Física	-	Física	-	40 – DE
5	Amarildo Ferreira Júnior	Bacharelado em Administração	-	Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	40 – DE
6	Armando Gomes Neto	Licenciatura em Química	-	Educação	-	40 – DE
7	Bárbara Moraes da Costa de Souza	Bacharelado em Secretariado Executivo	Secretariado Executivo	-	-	40 – DE
8	Caio Felipe Fonseca do Nascimento	Bacharelado em Ciências Contábeis	Auditoria e Perícia Contábil	Contabilidade e Finanças	-	40 – DE
9	Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis	Bacharelado em Ciências Econômicas	-	Sociedade e Cultura na Amazônia	-	40 – DE
10	Clarice Gonçalves Rodrigues Alves	Licenciatura em História	PROEJA	Educação e Interculturalidade.	-	40 – DE
11	Daniele Sayuri Fujita Ferreira	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas	-	Ciências Ambientais	Ciências	40 – DE
12	Elaine Ramires Pinto	Bacharelado em Administração	Gestão Pública	Engenharia de Produção	-	40 – DE
13	Eliéser Rufino de Souza	Licenciatura em Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Inglesa	Ensino-aprendizagem de línguas e literatura	Letras	-	40 – DE
14	Ellem Carmen da Silva	Bacharelado em Comunicação Social - hab. em Publicidade e Propaganda	-	-	-	40 - DE
15	Emerson Almeida Moreira	Bacharelado em Biologia	Didática do Ensino Superior	Ecologia	-	40
16	Fernanda Silva do Casal	Bacharelado em Administração	Docência na Educação Profissional e Tecnológica	Educação Profissional e Tecnológica	-	40 – DE
17	Francisco Oliveira Silva Junior	Licenciatura Plena em Física	-	-	-	40 – DE
18	Gisela Hahn Rosseti	Licenciatura em Educação Física	Educação Inclusiva	Mestrado em Educação	-	40 – DE
19	Gutenberg Leao Brasil	Licenciatura em Matemática	Docência do Ensino Superior	Matemática	-	40 – DE
20	Hudson do Vale de Oliveira	Bacharelado em Engenharia Agrônoma, Administração e Comunicação Social Com habilitação em Jornalismo	MBA em Gestão de Cooperativas	Agronomia	Agronomia	40 – DE
21	Isaac Sutil da Silva	Licenciatura em Ciências Biológicas	Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio	Ensino de Ciências	-	40 – DE
22	Jaiandra da Silva Guimarães	Bacharelado em Administração	Mudanças Climáticas	Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	-	40 – DE
23	Jonierison Alves Pontis	Licenciatura em Química	-	Química	-	40 – DE
24	Jose Lima de Oliveira Junior	Graduação em Engenharia de Produção Mecânica	-	Engenharia Civil e Ambiental	Recursos Naturais	40 – DE

25	Josenildo Rodrigues da Silva	Licenciatura em Matemática	-	Matemática	-	40 – DE
26	Lee Marcos Cruz de Souza	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Gestão Escolar Integrada e Práticas Pedagógicas	Engenharia de Processos	-	40 – DE
27	Marcos Antonio de Oliveira	Bacharelado e licenciatura em História		História Social	Sociologia da Educação	40 – DE
28	Mariana da Silva de Souza	Bacharelado em Ciências Contábeis	Formação do Docente para o Ensino Superior	-	-	40 – DE
29	Mariana Lima da Silva	Bacharelado em Ciências Sociais	Filosofia e Ensino de Filosofia	Sociedade e Fronteiras	-	40 – DE
30	Nielson Honório Caires	Licenciatura em Matemática	Docência do Ensino Superior	Matemática Pura	-	40 – DE
31	Paulo Sergio Romeu Alvarenga	Letras - Licenciatura: Língua Inglesa e Língua Portuguesa	Docência para a Educação Profissional	Engenharia de Produção	-	40 – DE
32	Rafaela dos Santos Morgade	Licenciatura em Língua Espanhola e Literatura Hispânica	Tradução em Espanhol	-	-	40 – DE
33	Regiane Dionizio Lima	Bacharelado em Ciências Sociais	Sociologia e Ensino de Sociologia	Antropologia Social	-	40
34	Renara Kariny Santos de Morais	Licenciatura Plena em Química	-	Engenharia Química	Química e Biotecnologia	40 – DE
35	Sandra Grutzmacher	Licenciatura Plena em Português	Literatura Brasileira e MBA em Recursos Humanos e Marketing	Educação	-	40 – DE
36	Simone Sibebe Schuertzt Souza	Tecnologia em Design Gráfico; Bacharelado em Ciência da Computação	Engenharia de Sistemas	-	-	40 – DE
37	Sueli Souza Martins	Licenciatura em Geografia	Metodologias de Ensino na Educação Superior	-	-	40 – DE
38	Tarsis Araújo Magalhães Ramos	Licenciatura em Língua Portuguesa/Literatura	Educação Ambiental	-	-	40 – DE
39	Tatyanne Rezende Costa	Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda	Gestão de Marketing e Comunicação Integrada	-	-	40 – DE
40	Thais Brito Chacon	Licenciatura em Geografia	-	Agroecologia	-	40
41	Vagner Basqueroto Martins	Bacharelado em Design Gráfico e de Produtos	MBA em Design Thinking	Design		40 – DE
42	Valério Ramalho da Silva	Licenciatura em Educação Artística	Tecnologia em Educação a Distância	Educação	-	40 – DE
43	Veritha Nascimento Pessoa	Licenciatura em Geografia	Educação Ambiental	Geografia	-	40 – DE
44	Vitor Lopes Resende	Bacharelado em Comunicação Social	MBA em Negócios e Empreendimentos e MBA em Gestão Gastronômica e Hoteleira	Comunicação	Comunicação	40 – DE
45	Viviane Paludo Schultz	Bacharelado em Design; Tecnologia em Gestão Pública	Desenvolvimento mobile	-	-	40 – DE
46	Wilson Alves da Silva Filho	Bacharelado em Secretariado Executivo	Educação Empreendedora	-	-	40 – DE

19.2 Equipe Técnico-Pedagógica

Nº	Técnico	CARGO/ FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CH
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
1	Aldaires Aires da Silva Lima	Técnico em Assuntos Educacionais	-	Licenciatura em Ciências Biológicas	Educação Ambiental e Sustentabilidade; Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	Educação	-	40
2	Francimeire Sales de Souza	Pedagogo	-	Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Coordenação pedagógica	Gestão Escolar; Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	Educação	-	40
3	Luana Firmino Lobo	Pedagogo		Pedagogia	Metodologia do Ensino Superior e EAD	Educação Agrícola		40

19.3 Equipe Técnico-Administrativa

Nº	Técnico	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CH
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
1	Aline Lima Soares da Costa	Auxiliar de Biblioteca	Agroindústria	Licenciatura em Letras - Espanhol	Especialização em Compreensão de Textos e Tradução da Língua Espanhola	-	-	40
2	Antonio Teixeira Linhares Filho	Operador de Máquinas Pesadas	-	-	-	-	-	40
3	Daniel Sanches de Lima	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	-	-	-	-	40
4	Diogo Saul Silva Santos	Administrador	-	Bacharelado em Administração	Gestão e Administração Pública	-	-	40
5	Dumont Camelo Melo	Técnico em Laboratório	-	Bacharelado em Ciência da Computação	Informática e Comunicação na Educação	-	-	40
6	Elisângela Monção Mine	Assistente Social	-	Bacharelado em Serviço Social	Gestão Social: Defesa e Garantia de Direitos.	-	-	40
7	Elivaldo Torreia de Souza	Assistente em Administração	-	Bacharelado em contabilidade	Gestão Pública	-	-	40
8	Enilde Lopes Satelles	Técnico em Secretariado	Secretariado	Bacharelado em Administração	Gestão de Pessoas	-	-	40
9	Eunice Lima de Oliveira Barbosa	Tradutor e Intérprete de LIBRAS	-	Licenciatura em Pedagogia; Bacharelado em Letras-libras	Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	-	-	40
10	Gabriel Carvalho Gomes	Técnico em Laboratório	Técnico em Biocombustíveis	Tecnologia em Gestão ambiental	-	Agroecologia	-	40
11	Gessiglay Samuel da Silva	Auxiliar em Administração	-	-	-	-	-	40
12	Gildo Sousa dos Santos Junior	Técnico em Audiovisual	-	Tecnologia em Gerência de conteúdo para web	-	-	-	40
13	Igor Sales Gomes de Lima	Tecnólogo em Gestão Pública	-	Tecnologia em Gestão Pública	MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	-	-	40
14	Ilmara da Silva Ferreira	Assistente de Aluno	-	Tecnologia em Gestão Pública	-	-	-	40
15	João Danilo Souto Maior Nogueira Neto	Técnico em Eletrotécnica	-	Bacharelado em Engenharia Elétrica	-	-	-	40

16	Jonatas Silva Lima	Tecnólogo em Gestão Pública	-	Tecnologia em Gestão Pública	-	-	-	40
17	Jorge Luis Cavalcante de Souza	Assistente em Administração	-	Bacharelado em Direito	Direito Público	-	-	40
18	Jose Gabriel Ribeiro Figueiredo	Tradutor Intérprete de Libras	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	MBA em Administração Estratégica; Tradução, Interpretação e Docência da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	-	-	40
19	José Ribamar Cardoso Oliveira	Assistente de Aluno	-	Tecnologia em Gestão Pública	-	-	-	40
20	Joziane Lucas Gomes	Assistente de Aluno	-	Licenciatura em Ciências Biológicas	-	-	-	40
21	Larissa Oliveira Lira	Psicóloga	-	Bacharelado em Psicologia	Saúde pública com ênfase em saúde da família.	-	-	40
22	Leidiane Firmino de Sá	Assistente em Administração	-	Licenciatura Plena em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica; Tecnologia em Gestão Ambiental	-	-	-	40
23	Leonardo Pereira Santos	Contador	-	Bacharelado em Ciências Contábeis	Gestão Pública	-	-	40
24	Manaliel Pais Pereira Junior	Técnico em Tecnologia da Informação	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Sistemas de Telecomunicações	-	-	40
25	Maria da Conceicao Moraes de Oliveira	Assistente em Administração	-	Administração em Sistema de Informação	PROEJA	Educação	-	40
26	Marta Sabrina Mota	Administradora	-	Bacharelado em Ciências Contábeis e Administração	Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	-	-	40
27	Marta Silva Sousa	Assistente Social	-	Bacharelado em Serviço Social	Serviço Social na Educação	-	-	40
28	Maycon Diego Silva Ribeiro	Analista de Sistemas de Informação	-	Bacharelado em Sistemas de Informação	Engenharia de Sistemas	-	-	40
29	Nataliana Ribeiro dos Santos	Assistente em Administração	-	Licenciatura Plena e Bacharelado em História	Gestão Escolar	-	-	40

30	Rosana Maria Lima Oliveira	Técnico em Secretariado	-	Gestão Pública	Gestão pública e de pessoas	-	-	40
31	Rosineia Silva da Silva	Bibliotecário/Documentalista	-	Bacharelado em Biblioteconomia	Gestão da Informação em Biblioteca Digital	-	-	40
32	Sheneville Cunha de Araújo	Jornalista	-	Bacharelado em Comunicação Social	Comunicação Social, Assessoria de Comunicação e Novas Tecnologias	Antropologia Social	-	30
33	Thiago dos Santos Cidade	Técnico em Tecnologia da Informação	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Projetos de Sistemas de Informação	-	-	40
34	Vivian Alves de Azevedo	Enfermeira	Enfermagem	Bacharelado em Enfermagem	Saúde da Família na atenção primária; Enfermagem do trabalho; Enfermagem Obstétrica	-	-	40

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

Os espaços físicos utilizados pelo curso são constituídos por infraestrutura adequada que atende às necessidades exigidas pelas normas legais, institucionais, diretrizes do curso e órgãos oficiais de fiscalização pública. As dependências encontram-se dentro do padrão de qualidade exigido pela Lei de Acessibilidade nº 13.146/2015, sendo que o acesso às salas de aula, bem como a circulação pelo *campus*, é sinalizada por pisos táteis e orientação em braile. Há rampas em espaços que necessitam de deslocamento vertical.

A infraestrutura compõe-se dos seguintes espaços: salas de aula, instalações administrativas, instalações para os docentes, coordenação, laboratórios específicos, auditório, biblioteca etc.

Os mobiliários são adequados para as atividades, todas as salas de aula são dotadas de carteiras móveis em material adequado. A mesa do professor também é adequada ao trabalho do docente, tanto em relação ao material quanto às dimensões e localização. A lousa é feita em vidro e os professores utilizam pincel para o desenvolvimento de suas atividades, fornecidos periodicamente pela instituição. Todas as salas possuem sistema de refrigeração artificial através de aparelhos de ar-condicionado. A limpeza das salas de aula é realizada diariamente. Todas as salas de aula possuem acesso à internet.

Os Laboratórios de Informática, amplamente utilizados pelos docentes e discentes, garantem as condições necessárias para atender às demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas, promovendo também o desenvolvimento de habilidades referentes ao levantamento bibliográfico e à utilização de bases de dados.

O espaço dispõe de novos equipamentos para propiciar conforto e agilidade aos seus usuários, que podem contar com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação (TI), nos horários de aulas e em momentos extraclasse, para esclarecer dúvidas e resolver problemas.

A Instituição disponibiliza recursos de informática aos seus discentes (recursos de hardware e software), implementados de acordo com as necessidades do curso. Estão disponibilizados laboratórios específicos e compartilhados de informática entre os vários cursos, todos atendendo às aulas e às monitorias.

Além da biblioteca física, o *campus* possui uma biblioteca virtual que é gerenciada em suas rotinas pelo software Pergamum, programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Seu acervo consta não somente livros da bibliografia básica dos componentes curriculares ofertados, mas também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, enciclopédias, periódicos, jornais, mapas e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades, e está totalmente inserido no Sistema Pergamum, com possibilidade de acesso ao catálogo on-line para consulta.

A Biblioteca Digital tem como missão disponibilizar ao estudante mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência por meio de um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas.

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Ao estudante que concluir todos os componentes curriculares obrigatórios previstos na matriz curricular do curso, alcançar a média mínima de 60 (sessenta) pontos e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) será conferido o Diploma de Técnico em Design Gráfico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 292, de 5 de maio de 2017**. Aprova o regulamento geral para realização de estágio curricular supervisionado dos cursos do IFRR.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2024-2028**.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 429, de 6 de fevereiro de 2019**. Aprova Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Roraima.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 432, de 12 de fevereiro de 2019**. Aprova regulamento do Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Roraima.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 434, de 18 de fevereiro de 2019**. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) do IFRR.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 477, de 30 de outubro de 2019**. Aprova o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, de 26 de outubro de 2021**. Dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, de 10 de maio de 2022**. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 682/2022, de 16 de julho de 2022**. Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023**. Organização Didática do IFRR.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 4, de 8 de dezembro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999b.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 1, de 21 de janeiro de 2004**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação

Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 39, de 8 de dezembro de 2004**. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 4, de 27 de outubro de 2005**. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 4 de abril de 2005**. Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 15 de dezembro de 2020**. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, DF, 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**. Aprovado por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A)** - CD1 - IFRR, em 01/08/2024 15:39:15.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/08/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 290904

Código de Autenticação: 011afdf7a3

